



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIELLE GOMES OLIVEIRA

**A BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL: POR MEIO DO
DISCURSO POLÍTICO INTELECTUAL DO ESTADO NOVO (1941-
1942)**

BRASÍLIA- DF

2018

GABRIELLE GOMES OLIVEIRA

**A BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL: POR MEIO DO
DISCURSO POLÍTICO INTELECTUAL DO ESTADO NOVO (1941-
1942)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento De História Do Instituto De
Ciências Humanas Da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção
do grau de licenciada e bacharela em História.
Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador) Departamento de História-UnB

Professora Dra. Neuma Brilhante Rodrigues- Departamento de História-UnB

Professor Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria- Departamento de História-UnB

Brasília, 07 de dezembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a mulher que me colocou no mundo e me ensinou que a educação é o bem mais precioso da vida, por todo apoio, carinho, amor e atenção que foram essenciais nesses anos de graduação e ao longo de toda a minha jornada. Quero agradecer também o apoio dos outros membros da família, como os meus avós, tios e tias, primos, irmãos e ao meu pai que ao longo da vida sempre acompanharam e me deram estruturas para seguir em frente.

Além disso, quero agradecer aos meus amigos que ao longo desses anos de graduação me proporcionaram momentos únicos de descontrações e conversas sinceras dentro e fora da UnB, no qual cada jogo de truco, dominó e conversas dentro e fora dos bares, foram pontos importantes no equilíbrio da vida acadêmica com a vida social.

Não posso terminar os meus agradecimentos sem antes me voltar para minha instituição de ensino e aos professores, que ao longo desses 4 anos me ensinaram as diversas faces do conhecimento e me motivaram a lutar por um país cada vez melhor, por meio de um ensino de história crítica e inclusiva. Em especial, quero agradecer ao professor Mateus Gamba por me orientar nessa reta final de curso com sugestões e conversas, que contribuíram bastante para o desenvolvimento desse trabalho.

Por mais que possamos aprender com o passado, isso não nos torna capazes de conhecer o futuro.

Hannah Arendt, julho de 1967.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a formação da identidade nacional como um discurso de legitimação do projeto ideológico do Estado Novo, tendo como base os discursos produzidos pelos intelectuais e políticos na revista Cultura Política- Revista Mensal de Estudos Brasileiro editada a partir de 1941 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP como uma revista oficial das diretrizes ideológicas do regime. Ao longo do trabalho será analisado, o papel dos intelectuais e da propaganda como formadores de opinião sobre o regime e seu chefe de governo, com objetivo de criar uma identidade nacional brasileira.

Palavras-chave: Identidade Nacional, Intelectuais, Estado Novo, Cultura Política, Getúlio Vargas.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the formation of the national identity, as a discourse of legitimation of the Estado Novo produced by the intellectuals and politicians in the magazine *Cultura Política - Revista de Mensal de Estudos Brasileiro*, produced in 1941 by the Department of Press and Propaganda-DIP, as an official magazine of the regime's ideological guidelines. Throughout the work will be analyzed, the role of intellectuals and propaganda as opinion makers about the regime and its head of government, with the goal of creating a Brazilian national identity.

Keywords: National Identity, New State, Political Culture, Getúlio Vargas, Highbrow

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	08-13	
CAPÍTULO 1- DISCURSOS POLÍTICOS DE CULTURA POLÍTICA- REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS		
1.1 Apresentação da Fonte-----	14-20	
1.2 Progresso segundo o Estado Novo: O homem novo-----	20-26	
CAPÍTULO 2- QUE IDENTIDADE NACIONAL É ESSA E PARA QUEM? -----		27
2.1 Intelectualidade e a formação da identidade nacional-----	28-37	
2.2 Getúlio Vargas a personificação do regime e da sua identidade nacional-----	38-44	
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	44-45	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	46-51	

INTRODUÇÃO:

Os anos que antecederam o Estado Novo foram marcados por incertezas políticas e ideológicas, por pessoas que procuravam uma nova ordem política que rompesse com os sistemas políticos vigentes nas décadas de 1920 e 1930: o liberalismo, o fascismo e o comunismo. Uma ideologia que fosse a resposta para a construção de um novo país que se fundamentava na consolidação de um Estado Forte e unido por uma grande personalidade que guiaria o Brasil para rumo ao progresso.¹

Diante da crise econômica após quebra da bolsa de Nova York de 1929 e do crescimento dos movimentos sociais e políticos da década de 1920, a questão social passou a ser refletida pelas elites intelectuais e políticas brasileiras, que via uma emergência na reformulação de uma ordem voltada para o controle da massa, como uma forma de vencer os “atrasos” e controlar a “desordem” reinante no país. Com a Revolução de 1930 e a instauração do Governo Provisório, a figura carismática de Getúlio Vargas surge como o líder que levaria as massas ao caminho da ordem, que com o apoio das forças políticas e intelectuais que ministraram a revolução, implementaria medidas cada vez mais autoritárias em nome de um Estado Nacional cada vez mais forte.²

A instauração do Estado Novo foi realizada sobre um projeto de política de massas que já vinha sendo preparado desde o início da década de 1930, com a incorporação de leis trabalhistas e através da propaganda veiculada nos principais meios de comunicação, voltados para as classes populares. A busca pela construção do Novo foi peça fundamental para a consolidação de um dos períodos mais repressivos e eficientes na construção de um imaginário social da história do Brasil, pois através da propaganda e da censura conseguiu consolidar diferentes símbolos e mecanismos que atingisse o imaginário popular na formação de uma nova identidade nacional voltada para idéia fundamental da unidade e do trabalho.³

A preocupação com a construção de uma nova idéia de nacionalidade atraiu para o projeto estado-novista um grupo significativo de intelectuais, que ao longo da história se atribuíram a função de agentes da consciência e do discurso, que tinha como função principal representar aqueles que não podia falar e que não tinha a consciência privilegiada do nacional, reivindicando assim o papel de guia dos problemas sociais. É durante o Estado Novo que as

¹PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Coleção O Brasil Republicano. V II. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p.13-37.

²CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Coleção O Brasil Republicano. V II. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p.107-143

³ PANDOLFI, Dulce Chaves. Op.cit.p.13-37

elites intelectuais das mais diversas correntes de pensamento, passam a identificar o Estado como centro da nacionalidade brasileira, marcando então a união das elites intelectuais e políticas que se pretendiam ser as verdadeiras expressões de uma política nacional superior.⁴

Com o golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, a nova Carta Constitucional, então outorgada, atribuiu à imprensa a qualidade de serviço de utilidade pública e traçou os limites para a sua atuação através de uma série de restrições. Contudo, uma série de atividades não previstas por lei começou então a ser incorporada ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural-DPDC, que, no início de 1938, foi transformado, por decreto presidencial, no Departamento Nacional de Propaganda- DNP passando a atuar em todos os campos relacionados com o que se denominava “educação nacional” e a exercer a censura e o controle de todos os meios de comunicação. O novo órgão teve como uma de suas principais atividades a promoção do Brasil no exterior, e também foi o responsável pela inauguração da Hora do Brasil, programa transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, visando a divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional.⁵

Com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar as atividades do DNP, Vargas criou, pelo Decreto nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda- DIP, que assumiu todos os serviços de propaganda e publicidade do governo, além disso passou a ser um grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. Sendo um dos órgãos coercitivos de maior poder do controle estatal, pois representava as diretrizes do pensamento do Estado Novo sendo o único porta-voz autorizado do regime, gozando assim de diferentes funções desde as censuras como a propagação de um novo pensamento que representava os princípios do governo.⁶

Dentro da área de divulgação do ideário estado-novista, o DIP em março de 1941 lançou a Revista Mensal de Estudos Brasileiros- Cultura Política, que é a fonte principal desse trabalho. Sob a direção de Almir de Andrade, a revista tinha como propostas principais a promoção de nova concepção de cultura, unificando a ordem política e social sobre a proteção do Estado, tendo como pretensão ser o espelho do Brasil, ditando assim o rumo das transformações políticas e sociais em curso no país, no qual os intelectuais tinham um papel

⁴VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo / Mônica Pimenta Velloso. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50 p.

⁵DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Acervo CPDOC- Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>

⁶Idem, ibidem.

de fundamental importância na estruturação da "nova ordem", pois cabia a eles a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade.⁷

A revista *Cultura Política* circulou de março de 1941 até outubro de 1945, teve ao todo 51 edições, que eram vendidas nas bancas de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Seus colaboradores eram bem remunerados, recebendo normalmente o dobro do que pagavam as demais publicações públicas. Conforme explicitava seu próprio subtítulo, *Cultura Política* era uma "revista de estudos brasileiros", destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas que ocorreram no Brasil durante o período, para isso contava com a colaboração da nata da intelectualidade brasileira, abrigando as mais diversas correntes de pensamento. Além disso, buscava relatar minuciosamente as realizações governamentais e servir como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo.⁸

A Revista Mensal de Estudos Brasileiros- *Cultura Política* surge como um mecanismo do Estado Novo de propagar suas ideologias, pois se buscava por meio dos seus artigos compreender, interpretar e justificar o regime sob as diversas faces da sociedade brasileira tanto na ordem política, econômica, cultural como na reinterpretação de um passado, na tentativa de recriar uma identidade nacional com Estado no centro da unidade.⁹ Contudo, ao se pensar uma unidade da nação brasileira houve um claro silenciamento de parte significativa da população que não se encaixava nos considerados padrões intelectuais de uma elite brasileira, no qual a ideologia de uma democracia racial e do trabalho como forma de ascensão acabaram reforçando alguns preconceitos e silenciando boa parte da população pobre, negra e analfabeta. Além disso, havia uma grande preocupação na construção do Homem Brasileiro enquanto as mulheres eram reduzidas ao mero rótulo de "chefe" do lar proletariado, sendo o papel ideal para sua colaboração na construção do Novo Brasil.¹⁰

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da identidade nacional brasileira no discurso intelectual e político da Revista Mensal- *Cultura Política*, que tinha como princípio fundador a construção de um Brasil unido rumo ao futuro. Como é

⁷GOMES, Angela de Castro. O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro. In: GOMES, Angela de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 125.

⁸ CODATO, A. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 145-164, 2003.

⁹ OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982

¹⁰ PARANHOS, Adalberto. "Além das amélias: música popular e relações de gênero sob o "Estado Novo". *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 133-144, jul-dez. 2013. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF27/6.3_Alem_das_amelias_musica_popular_relacoes_de_genero.pdf>

exposto pelo Diretor e editor Almir de Andrade¹¹ na introdução da primeira publicação da revista:

(...)O instante que vivemos é apenas a etapa de um caminho mais longo — talvez mais cheio de surpresas do que o que ficou para trás. Anima-nos, todavia, a consciência de já termos vencido as nossas hesitações de ontem e de já haveremos traçado um rumo definido para as nossas caminhadas do porvir. As Páginas desta Revista procurarão definir e esclarecer esse rumo. Elas serão, nesse sentido, um espelho do Brasil. O que somos, o que pensamos, o que realizamos em todos os setores da nossa atividade criadora — na política, na economia, na técnica, nas artes, nas letras, nas ciências — ficará estampado nestas páginas, através do depoimento de todas as gerações que hoje vivem, em todas as cidades e rincões do Brasil. Uns após outros esses depoimentos virão, do Norte e do Sul, do litoral e do centro, de velhos e moços, de gerações da República e do Império, de antes e de após-guerra. Eles falarão pelo Brasil. Porque eles são o Brasil.¹²

A pretensão de escrever a história para o futuro e para as novas gerações revela uma concepção de história linear e continua com um único sentido, em que a ideia de uma unidade da sociedade levaria a todos a uma mesma direção, colocando assim o homem como soberano das transformações da natureza e do mundo. A construção do Homem Novo no discurso político e intelectual da revista, parte fundamentalmente dessa perspectiva, pois através do ideal de justiça social se reconhecia que a civilização e o progresso são produtos do trabalho, que é o princípio orientador da virtude dos indivíduos, sendo assim um Estado unido sobre um mesmo ideal, o trabalho, caminharia rumo ao futuro de forma linear.¹³

Ao longo desse trabalho serão analisadas 22 edições dos 2 primeiros anos de publicações da Revista Mensal- Cultura Política de 1941 a 1942, tendo como base principal os textos de introdução de cada revista, no qual apresentam o objetivo de cada edição dialogando diretamente com os acontecimentos políticos do período, representando assim o pensamento que deveria ser difundido diante as diferentes conjunturas políticas e econômicas na legitimação do regime. Além disso, a escolha desse recorte tem como objetivo

A nova política social implantada no Estado Novo tinha como principais preocupações promover as capacidades produtivas dos trabalhadores atuais e futuros, no qual a figura do trabalhador era o pilar da democracia social, pois através da sua ascensão social pelo trabalho ao longo da sua vida com bastante esforço próprio, conquistaria ao fim da sua vida uma situação mais confortável para si e seus descendentes.¹⁴ Além disso, ao instaurar

¹¹Almir de Andrade foi um dos principais ideólogos do Estado Novo, ficando à frente da revista de 1941 a 1945.

¹²ANDRADE, Almir. “A evolução política e social do Brasil”. In: CULTURA POLITICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Março De 1941. Ano I Núm. 1. Rio De Janeiro.P.8

¹³ BENOIST, Alain. Uma Breve História da Idéia de Progresso. Disponível em: < <https://legio-victrix.blogspot.com/2014/03/alain-de-benoist-hayek-uma-critica.html>>

¹⁴GOMES, Angela de Castro. “A construção do Homem Novo”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.P.151.

uma democracia social e econômica o Estado Novo, buscava se contrapor a velha política liberal, tendo como princípios fundamentais o respeito à liberdade socialmente útil, ao valor do trabalho, à equidade material, à igualdade de oportunidades, à fraternidade e à solidariedade humana, buscando o bem comum, o bem-estar de cada um e de todos, e a felicidade social. Essa seria uma democracia mais dinâmica e objetiva, que induziria a "relações mais naturais entre o povo e seu chefe", no qual o presidente Vargas deveria ser o centro de gravidade e o princípio de equilíbrio e moderação naquele momento conturbado da história brasileira, sabendo se conservar acima dos interesses pessoais e se apresentando como bom homem e político.¹⁵ Contudo, ao mesmo tempo que se centralizava o poder na figura de Getúlio Vargas se restringia a participação popular, transformando assim o Estado Novo em um regime ditatorial, sendo um período marcado por censura e repressão.

Na medida em que assume o papel de porta-voz oficial na construção e na divulgação dos feitos do Estado Novo a revista *Cultura Política*, busca propor os verdadeiros rumos da nacionalidade brasileira e das autênticas raízes da cultura nacional por meio da recuperação de um passado, no qual se tem uma valorização da memória coletiva do povo através da sua cultura e tradições, criando assim laços mais fortes de união. A perspectiva de conhecer a memória do povo brasileiro, tinha como objetivo reconstruir o tempo cronológico/linear de seus fatos históricos desde a independência em 1822, mergulhando os leitores numa linha viva entre passado, presente e futuro.¹⁶

Visando compreender a ideia de progresso no discurso intelectual político da *Revista de Estudos Mensal- Cultura Política*, partiremos da concepção de Robert Nisbet¹⁷ que coloca o progresso como algo gradual que influenciou civilizações e povos durante toda a história, dos gregos até a atualidade, para a construção de um futuro previsível e glorioso, no qual se entende o avanço como a passagem de um estado inferior para um superior, em que o presente servirá sempre de alicerce para avanços no futuro.¹⁸ Em que, a concepção da ideia de progresso como parte essencial do desenvolvimento dos povos, uma espécie de dogma que sustenta a evolução, que diante de um momento de crises que se busca o novo os intelectuais do Estado Novo buscaram promover a ideia de evolução através da unidade nacional.

¹⁵ SOUZA, Ricardo Luiz de. *Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional (1930-1945)*. História da Educação, v. 8, n. 15, p. 89-127, 2004. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30282> > Acesso em: 24 de agosto de 2018

¹⁶ GOMES, Angela de Castro. "O redescobrimto do Brasil". In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rj: Zahar, 1982. P.145.

¹⁷ NISBET, Robert. *História das Ideia de progresso*. Trad. De Leopoldo José Collor Jobim. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Científico, 21)

¹⁸ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso, ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Pg.31

Além disso, será usado como referência a obra “História e Memória” de Jacques Le Goff que busca compreender a dialética da história como uma oposição ou num diálogo entre passado/presente ou no presente/passado, em que no geral está oposição não é neutra, mas subentende um sistema de atribuições de valores, como por exemplo nos pares antigo/moderno, progresso/reação. No qual, da antiguidade ao século XVIII desenvolveu-se, ao redor do conceito de decadência, uma visão pessimista da história. Já com o Iluminismo afirmou-se uma visão otimista da história a partir da idéia de progresso, que entra em crise segunda metade do século XX. A ideia de progresso surge então como um mecanismo de reação seja pela criação de um novo discurso ou retorno a glória em grandes Estados, no qual se distingue entre progresso científico e técnico e progresso moral.¹⁹

A relação progresso/reação e passado/presente caminharam juntos na formação ideológica do Estado Novo, pois diante de um contexto de crise do liberalismo e de avanço dos movimentos nacionalista a intelectualidade brasileira após a Revolução de 1930 buscava imprimir um novo rumo para vida política nacional que rompesse com a política liberal da República Velha, no qual a perspectiva de um progresso moral do cidadão brasileiro levaria o país rumo ao progresso econômico e político, sendo então um movimento contrarrevolucionário ao regime anterior que buscava colocar no povo toda a culpa do retrocesso no Brasil.²⁰

Visando compreender a construção da identidade nacional sobre a perspectiva de construir um novo Brasil rumo ao progresso, este trabalho será dividido em dois capítulos. Sendo o primeiro capítulo reservado a compreender o papel da revista Cultura Política como um instrumento de divulgação dos discursos ideológicos do Estado Novo, direcionados para elite intelectual do Brasil durante os anos de 1941 a 1942, além de buscar compreender como o ideal de unidade e progresso foi algo fundamental na construção do Homem Novo. Já no segundo capítulo se tem a pretensão de promover uma análise crítica sobre a construção da identidade nacional como um mecanismo de legitimação da ditadura imposta por Getúlio Vargas em 1937 a 1945, além disso se busca compreender o papel da personificação do mesmo como a base da relação massa e Estado, na construção da identidade nacional.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

²⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50 p.

Capítulo 1- Discursos Políticos de Cultura Política-Revista Mensal de Estudos Brasileiros

1.1 Apresentação da Fonte

Com fim da Primeira Guerra Mundial em 1918 e a Grande Depressão com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, o mundo passou por um período de colapso econômico e político, no qual as instituições políticas e os valores intelectuais das sociedades liberais burguesas do século XIX entraram em decadência, abrindo assim espaço para novas correntes ideológicas e movimentos de ruptura com o sistema anterior. Reagindo a crise do liberalismo e o medo de uma revolução-social por meio de uma esquerda comunista, cresciam as doutrinas totalitárias de direita por todo mundo ocidental que inspirados no fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão, acabaram ganhando um senso de confiança histórica, no qual a década de 30 parecia uma onda do futuro.²¹

No Brasil a década de 1930 foi um período marcado pelo o enfraquecimento das elites oligárquicas e o aumento do poder do Estado, que passou atuar de forma mais direta na economia, deu-se início, dessa maneira, uma reorientação do capitalismo brasileiro rumo ao desenvolvimento econômico industrial, além disso foi um período marcado pela ascensão de Getúlio Vargas no poder, que com apoio da elite intelectual conservadora buscou ser a representação da força do Estado e por conciliação a salvação da Nação que vivia sobre a decadência da democracia liberal e o perigo do comunismo.²²

Diante de tal contexto, em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas toma o poder dissolve o congresso, outorga uma nova constituição e instaura o Estado Novo que tinha como um dos objetivos principais a concretização do progresso dentro da ordem, no qual o Estado se tornava a base social e administrativa dessa ordem. Para atingir tal meta e assegurar a legitimidade do novo governo, a política varguista buscou promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio da propaganda e da repressão aos opositores do novo regime.²³ Além disso, se buscou forjar um forte sentimento de identidade nacional, sendo uma condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime então investiu na cultura e na educação, atraindo assim um grupo significativo de intelectuais para o projeto estado-novista de construir uma nova ideia de nacionalidade, que ao repensar o papel do

²¹ HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90.

²² CAPELATO, Maria Helena. "O Estado Novo: o que trouxe de novo? ". In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Coleção O Brasil Republicano. V II. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p.107-143

²³ Idem, *ibidem*, p. 118

Estado reconhecia no papel do líder a função de integrar as massas ao novo projeto nacional, sendo a propaganda um dos principais meios de sustentação do regime e da imagem de Getúlio Vargas como protetor da classe trabalhadora.²⁴

A propaganda, como ressaltado anteriormente, foi largamente utilizada pelo governo do Estado Novo para sua legitimação nos setores mais amplos da sociedade, bem como, para controlar agitações sociais. Para a realização de tal projeto era necessário a criação de um aparelho político forte e organizado, no qual o Estado monopolizaria os meios de produção e de difusão de ideias.²⁵ Sendo assim, a partir de um decreto/lei nº 1.915, de 27 dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é criado com o objetivo de centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional, sendo exclusivamente subordinado ao presidente da república.²⁶

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) representava a preocupação do projeto estado-novista com a comunicação social do Estado, no qual se tem um direcionamento e coordenação de um discurso ideológico voltado para os diferentes segmentos da sociedade com o objetivo claro de integrar as massas ao jogo político. Para o Estado Novo censura e propaganda andavam juntos, o objetivo era coibir as notícias que iam contra seus interesses, esclarecer e divulgar as realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal. Nesse projeto, a imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados na propagação dos ideais estado-novistas devido ao seu alcance e penetração ao público popular.²⁷

A utilização da propaganda ideológica não foi algo exclusivo do Estado Novo, pelo contrário o modelo implantado no Brasil era influenciado pelo modelo de propaganda nazifascista europeu, que possuía uma linguagem simples, imagética e agressiva visando provocar paixões para atingir diretamente as massas em prol de uma unidade política e

²⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Textos do Tempo)

²⁵ GARCIA, Néilson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. eBooksBrasil.com, 1999.

²⁶ BRASIL, Decreto-Lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/12/1939, Página 29362 (Publicação Original)*. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html> >

²⁷ GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. Editora Marco Zero. São Paulo, SP, 1990.

ideológica.²⁸ Na medida em que se busca a criar uma nova ordem política e econômica por meio de uma integração social implementada a partir do Estado, o projeto político estadonovista se volta para questão cultural que passa a ser concebida em termos de organização política, no qual o Estado busca criar mecanismos próprios para controlar e difundir seus pensamentos e ideais por meio do seu órgão coercitivo o DIP, revelando assim a preocupação do regime na defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.²⁹

A partir de 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) responsável de promover e divulgar a imagem do regime e de suas instituições, começou a produzir livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádios, radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários, filmes e até números musicais voltados para divulgação da integração popular ao discurso do Estado. Além disso, houve um controle direto sobre os veículos de comunicação, no qual os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada, no qual as “publicações inconvenientes” foram então suprimidas. Com esse esquema, a imprensa se tornou um dos setores mais eficientes do DIP e do regime, pois não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem.³⁰

Diante de tal contexto, em março de 1941 é fundada Revista Mensal de Estudos Brasileiros- Cultura Política, que buscou ser a revista oficial do regime estando diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Editada por Almir de Andrade a revista foi bem divulgada, estando a venda em bancas de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo.³¹ A revista buscou se apresentar como o espelho do Brasil, tendo como base duas missões fundamentais a apresentação das transformações que vinham acontecendo na sociedade brasileira nos âmbitos políticos, econômicos e sociais ao grande público e a promoção de debates sobre os valores que orientavam tais mudanças, sendo assim um meio de construção e propagação da identidade nacional sobre o olhar do Estado Novo.³²

A revista Cultura Política, conforme enuncia o seu subtítulo, configura-se uma revista de "estudos brasileiros", cuja proposta é a de "definir" e "esclarecer" o rumo das

²⁸ CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”.In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.P.167-178.

²⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder político: Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.P.71-108.

³⁰ CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda politica...” op. cit.p.173.

³¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. ”Cultura e Poder...” op.cit.p.74.

³² GOMES, Angela de Castro. ”Cultura Política: um espelho do Brasil”. História e historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.P.125-131.

transformações sociais e políticas do país. As realizações do governo nos mais diversos setores, como política, economia, técnica, arte, letras, e ciências são registradas. A revista anuncia os seus propósitos de promover e estimular o debate sobre a problemática regional, desde que se circunscreva ao contexto nacional. Dividida em seções, cada uma vinha acompanhada de uma nota introdutória que esclarecia o tema a ser desenvolvido nos seus artigos, além disso também era fornecida uma bibliografia do autor ou dos autores que assinavam as publicações.³³

Segundo Mônica Pimenta Velloso:

A forma de exposição e estruturação das seções traduz bem a intenção de cumprir à risca os objetivos proclamados. (...)A preocupação em delimitar e/ou elucidar os objetivos, fundamentar os princípios de análise e precisar as fontes evidencia um alto grau de organização e eficiência no manejo da informação que, poderíamos mesmo dizer, é surpreendente no período. Estas características da Cultura Política permitem configurar a eficácia do projeto ideológico estado-novista e o seu elevado grau de elaboração na montagem da estratégia discursiva.³⁴

Sendo assim, a revista Cultura Política funciona como verdadeira central de informações no projeto ideológico estado-novista, no qual tudo o que se escreve sobre Vargas e sobre o Estado Novo no período é assiduamente registrado nas suas páginas, através da seção bibliográfica. Além disso, as 6 sessões fixas nas 18 primeiras edições da revista revelam a preocupação de apresentar como principal órgão teórico do regime na difusão constante de dados e informações sobre os valores gerais do Brasil.³⁵

Uma breve descrição das seis subdivisões fixas de Cultura Política, que serão mantidas ao longo dos primeiros 18 meses de publicações, indica a amplitude do projeto iniciado por Almir de Andrade em 1941, a primeira seção que abre as publicações da revista foi denominada como “Problemas políticos e sociais”, sendo uma seção voltada para o estudo de todos os problemas políticos e sociais do Brasil seja de ordem geral, doutrinária, histórica, econômica, administrativa, educacional, sanitária, militar, operária, ou qualquer dos problemas regionais ou específicos de cada zona territorial e de cada paisagem humana brasileira, revelando assim um espaço para diferentes intelectuais debaterem sobre o caminho que levaria o Brasil rumo a unidade e ao progresso.³⁶

Em seguida vinha a seção “O pensamento político do Chefe de Governo”:

³³ GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política: um espelho...”. op. cit. P. 128.

³⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e Poder...”. op.cit.p.75.

³⁵ ANDRADE, Almir. “ O Estado Nacional e a missão de “Cultura Política””. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Agosto de 1942.Ano II Núm. 18. Rio De Janeiro.P.7-10.

³⁶ Cultura Política. Rio de Janeiro, 1 ed, 1941-1945. (Revista Mensal de Estudos Brasileiros).

Nestes dez 10 anos de lutas políticas pela estabilização das conquistas e concretização das aspirações revolucionárias de 1930, tem sido o Presidente Getúlio Vargas o pensamento diretor e inspirador da nossa vida pública. (...) Pela sua integração em nossas tradições, pela sua compreensão viva do nosso espírito popular, pela sua capacidade de fugir ao teoricismo abstrato e à exaltação dos ideais de violência, pela sua confraternização com as legítimas aspirações brasileiras e americanas de um nacionalismo sadio e despido de preconceitos de classes ou de raças — tem sido o pensamento do Chefe do Governo, indubitavelmente, o mais ativo doutrinador do novo Estado Brasileiro, o que maior eco e compreensão tem encontrado em todas as camadas populares do país, do Norte, do Centro e do Sul. Definir e interpretar esse pensamento, esclarecê-lo sob todos os aspectos — significa, conseqüentemente, um esclarecimento e uma interpretação dos próprios rumos políticos brasileiros, que nele se tem espelhado em seus momentos mais significativos.³⁷

A reserva de um espaço destinado exclusivamente ao pensamento de Getúlio Vargas, revela um dos pontos fundamentais no projeto ideológico estado-novista que era a relação do líder com a massa, no qual a figura do chefe de Estado era delineada com base em atributos altamente positivos que o transformavam em um ser especial, predestinado para a missão redentora que o seu tempo lhe reservava.³⁸ Baseado nos métodos da propaganda nazifascista a imagem de Getúlio Vargas foi construída por meio da onipresença da imagem do governante que parecia estar presente em todas as partes, por meio da propagação da sua imagem em todos setores público em forma de fotografias, cartazes e panfletos.³⁹

A terceira seção foi destinada a estudar e debater os artigos da Constituição de 1937, sendo confiada aos escritores magistrados, membros do Ministério Público, Desembargadores e Ministros do Supremo Tribunal, juristas ou figuras eminentes das letras jurídicas do país, sendo então, nomeada como “A estrutura jurídico-política do Brasil”. A seção seguinte “Textos e documentos históricos” foi reservada ao estudo de qualquer documentação histórica anterior a 1930 que fosse relevante para vida política do Brasil. Já a quinta seção “A atividade governamental” foi reservada a promoção das realizações mensais do Estado Novo em forma de notícias. Por último, mas não menos importante foi destinada uma seção para falar sobre o “Brasil social, intelectual e artístico”, no qual se tinha a finalidade de mostrar a realidade social do país através dos estímulos do regime em construir uma nova unidade nacional.⁴⁰

Com o alinhamento do Brasil com Estados Unidos e da sua posterior entrada na Guerra é inaugurada na décima quinta edição da revista em maio de 1942, a seção “Política

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 158.

³⁸ CAPELATO, Maria Helena. “Multidões em cena...” *op. cit.* p.257.

³⁹ BOECKEL, Cristina Reis. *História e propaganda política: a construção da imagem de Getúlio Vargas 1930 a 1945*. 2005.

⁴⁰ *Cultura Política*. Rio de Janeiro, 1 ed, 1941-1945. (Revista Mensal de Estudos Brasileiros).

militar e defesa nacional”, que se destinava ao estudo da política militar brasileira e dos problemas da defesa nacional, em suas linhas fundamentais e de interesse coletivo.⁴¹ Além disso, com a saída de Lourival Fontes da direção do DIP em 1942 a estrutura da revista passará a ser reformulada a partir da sua décima nona edição, tendo suas principais seções renomeadas e passando a ter publicações de fotos na abertura das suas edições.⁴²

A revista *Cultura Política* cumpria a função de um discurso mais elaborado de forma acadêmica, a ser difundido por outros meios em uma linguagem mais pragmática e panfletária no projeto ideológico do Estado Novo, no qual se buscava não só garantir a subordinação ideológica necessária ao projeto de dominação, como também desempenhar um papel ativo na construção da "hegemonia cultural do regime", de modo a garantir o consentimento da sociedade civil a tal projeto.⁴³ A sua distribuição era feita nas bancas de jornais de todo o país, com uma tiragem de três mil exemplares, apesar de não ser produzida para as massas, não teve sua distribuição dirigida somente a uns poucos escolhidos pelo regime ou distribuída como panfleto de apologia ao regime.⁴⁴

Além disso, a revista servia como mecanismo de integração do discurso da elite intelectual a favor do Estado, reforçando assim as bases da propaganda ideológica do Estado Novo, que tinha como objetivo imediato a persuasão das classes subalternas, por meio de uma ideologia dominante organizada e estruturada de acordo com os interesses da elite e do regime, de uma forma que as mensagens fossem passíveis de serem compreendidas e aceitas na sociedade como um todo.⁴⁵ Essa missão é confirmada na introdução da edição de aniversário do Segundo Ano da revista em 1942, escrita por Almir de Andrade:

Lançada em março de 1941, por iniciativa do Departamento de Imprensa e Propaganda, *CULTURA POLÍTICA* apresentou-se com um programa novo a realizar. Pela primeira vez, no Brasil, se publicava uma revista de cultura com plano tão vasto e objetivos tão complexos. Trazia ela um grande sentido nacional, pretendia congrega em seu seio estudiosos de todos os Estados e de todos os problemas brasileiros. Inspirava-a um só pensamento, que até hoje figura impresso na abertura da sua Primeira Seção: O Brasil grande e unido, com uma só alma e como um só todo solidário. Suas páginas aspiravam a ser um depoimento vivo e irretorquível do espírito de paz, de concórdia, de tolerância e de unidade, de trabalho e realizações fecundas,

⁴¹ *Cultura Política*. Rio de Janeiro, 15 ed, 1941-1945. (Revista Mensal de Estudos Brasileiros).

⁴² *Cultura Política*. Rio de Janeiro, 19 ed, 1941-1945. (Revista Mensal de Estudos Brasileiros).

⁴³ CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI, Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 145-164, 2003.

⁴⁴ GOMES, Rafael Nascimento. A construção de uma historiografia autoritária pelo Estado Novo de Getúlio Vargas: o caso da revista *Cultura Política* (1941-1945). *Intellectus*, v. 16, n. 1, p. 27-43. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27378>>.

⁴⁵ GARCIA, Néson Jahr. “Estado Novo...” op.cit.p.102-103.

que desfruta o Brasil Novo, no seu ingente esforço de renascimento e de reconstrução.⁴⁶

1.2 Progresso segundo o Estado Novo: O homem novo

Com a crise do liberalismo no final da Primeira Guerra mundial, se foi revisto em muitos países, a relação do Estado com a sua sociedade, no qual se buscou soluções alternativas para questões sociais. No Brasil, a resposta para esse problema se deu através da configuração de um Estado intervencionista, tendo à frente a figura de um líder carismático que se dirigiu as massas e introduziu uma política social com objetivo de evitar uma “revolução popular”, que ao mesmo tempo que introduzia as leis trabalhistas e beneficiava os trabalhadores com novas garantias como férias e a fixação de uma carga horária na jornada de trabalho, se buscou também construir uma identidade simbólica para esses trabalhadores através da construção de uma ideologia que legitimasse o regime e suas decisões em prol de um futuro favorável a todos.⁴⁷

Representando o discurso ideológico do Estado Novo a revista Cultura Política buscava legitimar a ação do regime, por meio da apropriação do passado como uma forma de ressignificar os símbolos do presente e redimensionar os caminhos para o futuro. O foco principal desse discurso era a construção de uma ordem social superior com medidas voltadas para a valorização do homem, sendo o trabalho o principal agente de mudança.⁴⁸

Essa perspectiva pode ser notada na introdução de Almir de Andrade na primeira edição da revista:

(...) Pelo trabalho o homem conquista a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e a proteção do Estado. A ordem política se destina a assegurar a paz, a concórdia, o bem-estar, a felicidade dos que trabalham pelo bem comum. (...) O Estado moderno procura o que é socialmente útil no esforço de cada trabalhador e de cada estudioso. O trabalho — outrora forma de escravidão — é hoje um meio de emancipação da personalidade, algo que valoriza o homem e o torna digno do respeito e da proteção da sociedade. Viver honestamente do trabalho, dar a cada um o que é seu, não prejudicar a ninguém, encontrar em seu próprio esforço esse sentido de utilidade social capaz de canalizá-lo para o bem comum — é o maior dever do cidadão e a sua mais alta virtude, no Estado moderno.⁴⁹

⁴⁶ ANDRADE, Almir de. “ O Segundo ano de Cultura Política (Um programa e uma realização) ”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Abril de 1942.Ano II Núm. 14. Rio De Janeiro.

⁴⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. ”Política de Massas: uma nova cultura política. ”. In: Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo). P.141-172.

⁴⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. ”Cultura e Poder...”. op.cit.p.83

⁴⁹ ANDRADE, Almir. “A evolução política e social do Brasil”. In: CULTURA POLÍTICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Março De 1941.Ano I Núm. 1. Rio De Janeiro.P.6

Esse projeto da ressignificação do trabalho como fonte do desenvolvimento e da valorização do homem, era algo que já vinha sendo elaborado desde o início da década de 1930 que diante da crise do café, da ameaça de greve nos setores de trabalhos urbanos e o abandono e desorganização dos trabalhadores rurais, havia uma grande preocupação por parte das elites políticas e intelectuais com a desorganização do mercado de trabalho e com a pobreza que sintetizava um país de ignorância e doença, sendo assim um problema nacional a ser combatido para evitar o atraso de um país que durante quatro séculos viveu sobre a lógica de uma sociedade escravista, no qual o trabalho não era sinônimo de riqueza e nem cidadania.⁵⁰

Diante de tal contexto, a política-ideológica do governo provisório e posteriormente a do Estado Novo, buscou adotar medidas que ordenassem o mercado de trabalho por meio da criação da legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho, marcando assim um movimento de ressignificação do trabalho como dimensão essencial da revalorização do homem, no qual o trabalho passaria a ser um direito e um dever, uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização, uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como agente ativo na construção de uma sociedade melhor para as próximas gerações.⁵¹

Sendo assim, havia um projeto político voltado para consolidação de um Estado Nacional após golpe de 1937, que se pautava na realização de uma política de amparo ao homem brasileiro, o que significava basicamente o reconhecimento de que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho. No qual, para consolidação de tal ideal o regime varguista, buscou interpretar o trabalho não como uma questão operária com máquinas e indivíduos isolados, mas como uma questão social que abrangia todos os homens e todas as classes, já que eram trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboravam com o valor social de seu trabalho, transformando assim o trabalhador como parte vital da vida nacional.⁵²

Com a ascensão do trabalho como princípio orientador do Estado, a política ideológica estado-novista buscou construir políticas públicas voltadas para o âmbito social, no qual a promoção da modificação substancial do perfil do trabalhador brasileiro e de sua

⁵⁰ GOMES, Angela de Castro. "Ideologia e trabalho no Estado Novo. ". In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 55.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 59.

capacitação era algo primordial na construção e consolidação do novo regime. A nova política social do regime varguista tinha como objetivo principal a preservação da saúde do trabalhador, no qual foram adotadas medidas que não só se preocupava com a saúde física do trabalhador, mas também com a sua adaptação psíquica ao trabalho que realizava, pois aqueles que exerciam atividades compatíveis com seu temperamento acabavam rendendo mais.⁵³

Refletindo assim, um projeto que estava mais voltado para o progresso do próprio país que para o bem-estar do trabalhador, pois ao se vincular a legislação social e sanitária o objetivo era explícito, aumentar a capacidade produtiva do Brasil por meio conservação de uma mão de obra forte e saudável. Além disso, o regime buscou adotar medidas que visavam impedir a perda da saúde e estimular a capacidade de trabalho, através da intervenção e da promoção de iniciativas que atingiam as necessidades básicas do homem, como alimentação, habitação e a educação.

A adoção de medidas públicas voltadas para a necessidade básicas da população, revela a preocupação do governo em estabelecer um novo perfil ideológico do homem brasileiro, que por meio da promoção do acesso a casa própria o Estado utilizava de um discurso voltado para valorização da família como a base moral e econômica do homem, no qual a casa era seu lugar de tranquilidade e amparo. Sendo assim, era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado, transformando assim a família numa questão central do Estado na proteção do homem brasileiro e ao próprio progresso material e moral do país. Outro ponto importante na construção do Homem Novo no projeto ideológico do Estado Novo, foi o engajamento do DIP na difusão da valorização do trabalho por meio das artes nacionais como música, teatro, cinema e rádio seja na promoção de alguns temas como repressão de outros.⁵⁴

Além disso, a educação também foi peça fundamental na construção do Homem Novo, pois voltado para um discurso de construir uma ordem social superior no presente e para o futuro, o Estado Novo buscou reformular o ensino para se adaptar à nova realidade do país e preparar as próximas gerações para servir de acordo com os novos valores como o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e ao trabalho, no qual se visava uma maior qualificação

⁵³ GOMES, Angela de Castro. “A construção do Homem Novo”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 159

da mão-de-obra e o aumento do desempenho econômico, cultural e político dos educandos que seguiam as regras e valores do regime.⁵⁵

Todos esses exemplos demonstravam o esforço conjunto desenvolvido pela elite intelectual e política do Estado Novo, na construção da índole cordial do homem brasileiro, que visava um contexto de união e harmonia social. Paralelamente com esse esforço de valorização do homem e do trabalho, havia no discurso do regime uma difusão da imagem negativa do passado brasileiro em virtude do liberalismo e suas crises, que orientava a criação de uma propaganda de valorização do nacional com objetivo de instalar o patriotismo e da confiança para população em relação ao país e ao futuro.⁵⁶

A relação política e cultura era algo fundamental na construção do homem novo e na legitimação regime, como revela Almir de Andrade na introdução da segunda edição da revista *Cultura Política*:

Toda política, no verdadeiro sentido da expressão, nasce do povo e se faz para o povo. Nasce como expressão de necessidades coletivas que procuram estabilizar-se num sistema de governo. Faz-se para assegurar a esse mesmo povo a ordem, a paz, a disciplina, a forma de vida capaz de permitir a expansão sadia e fecunda de suas energias criadoras. (...) As verdadeiras políticas interessam, portanto, todas as atividades sociais, todos os elementos da cultura popular: economia, técnica, educação, literatura, artes, ciências, usos e costumes, crenças, tradições. E, por sua vez, cada uma dessas atividades embora espontâneas, embora feitas para exprimir aspirações e vocações que formam o conteúdo da vida de cada um — tem, em última instância, um grande sentido político. Elas inspiram as ações dos homens. Elas moderam a feição de cada povo e de cada época. (...) Os povos têm os governos que merecem e de que precisam: porque todo governo é uma expressão da cultura popular. E, por outro lado, há em todo homem que vive em sociedade a marca, o espírito, a formação mental do cidadão.⁵⁷

Sendo assim, para o editor chefe da revista o Estado era uma expressão social das necessidades da sociedade brasileira, no Estado em forma de governo era o responsável pelo equilíbrio das relações sociais, delimitando as esferas de interesses individuais, protegendo o trabalho e a população contra a expansão exorbitante do capital e da máquina, sendo o responsável pela distribuição das riquezas e promotor da justiça social, em contraponto com um passado dominado pela vertente liberal que tentou separar o homem e o cidadão.⁵⁸

⁵⁵ PRADO, Adonia Antunes. *Educação para a política do Estado Novo (1937-1945): um estudo do conceito e dos objetivos educacionais na Revista Cultura Política*. Tese de Mestrado em Administração de Sistemas Educacionais. Fundação Getúlio Vargas - Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro, 1982.

⁵⁶ GARCIA, Néelson Jahr. “Estado Novo...” op.cit.p.114

⁵⁷ ANDRADE, Almir. “Política e Cultura”. In: *CULTURA POLÍTICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros*-Abril de 1941.Ano I Núm. 2. Rio de Janeiro.P.5-8.

⁵⁸ GOULART, Silvana. “A revista *Cultura Política*: porta-voz do DIP”. In: *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. Editora Marco Zero. São Paulo, SP, 1990.P.89-105.

Representando uma das propostas da ideologia estado-novista, a revista *Cultura Política* buscou em suas páginas reescrever a história do Brasil, por meio da reelaboração do passado e seus acontecimentos históricos se voltando para duas vertentes a unidade territorial do Império e a vocação americana da República, no qual a promoção de um sentimento de unidade resolveria as disparidades regionais do período.⁵⁹ Além disso, a revista buscou resgatar a origem do Estado Brasileiro como algo revolucionário feito por meio do movimento social, em que as diferentes classes se juntaram e levaram o país rumo ao futuro, como pode ser visto na introdução da edição de setembro de 1942 que comemora os 120 anos da proclamação da independência do Brasil, no qual se apresenta o fato com um processo revolucionário realizado por 3 séculos de trabalhos da vida brasileira.⁶⁰

A independência brasileira nasceu da obra realizada pelo nosso povo nos três primeiros séculos da vida colonial. Da obra dos bandeirantes, que, no Sul, conquistaram a terra. Da obra dos senhores de engenho, que, no Norte, consolidaram a nossa economia na monocultura do açúcar, organizaram um sistema de vida social e de vida de família em torno das casas grandes coloniais. Da obra dos padres jesuítas, que facilitaram o contato da civilização européia com a sociedade indígena, nos trabalhos das missões, e trabalharam pela unidade nacional. Do braço do negro, que construiu na terra os alicerces de toda a nossa independência econômica. Do braço do índio, que lutou ao lado do branco contra os invasores, que o guiou no desbravamento dos sertões e na descoberta das minas. (...) Uma nação independente é sempre a expressão das formas de vida, que se esboçam nas almas e nos corpos de todos os indivíduos que a compõem; é a tradução de uma alma popular e também de certas condições materiais de existência, características de uma região, de certa mistura de raças e certas tradições de cultura e civilização. (...) Assim, na passagem de mais um aniversário da independência do Brasil, devemos ter presente o seu sentido profundo: o 7 de setembro marcou o início de uma luta, que jamais cessa no curso da existência de qualquer nação livre da história. A independência não se conquista num dia: nós levámos três séculos para conquistá-la. Mas também o esforço pela defesa da independência não acaba num dia: prolonga-se indefinidamente, na luta incessante para não perdê-la e também para revigorá-la cada vez mais.⁶¹

A noção de revolução apontada na revista *Cultura Política* se volta não somente para alteração dos valores da ordem anterior, mas também para criação de uma nova ordem construtiva que recolocaria o país no caminho de suas tradições e origens históricas, no qual a retomada do passado desenvolveria um processo de autonomia histórico que ressurgiria a unidade nacional calcada no trabalho, na paz, na ordem e no progresso, sendo golpe de 1937 o fato que colocou o Brasil novamente em seu rumo natural.⁶² Ao recorrer ao artifício do

⁵⁹ GOULART, Silvana. “A revista *Cultura Política*...”. op. cit., p.97.

⁶⁰ ANDRADE, Almir. “A independência e a unidade do Brasil.” In: *CULTURA POLÍTICA*- Revista Mensal de Estudos Brasileiros- Setembro de 1942. Ano II Núm. 19. Rio de Janeiro. P.7-10.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 8-9.

⁶² GOULART, Silvana. “A revista *Cultura Política*...”. op. cit., p.99.

passado para compreender o presente e desenvolver uma perspectiva de futuro, o Estado Novo buscou construir uma nova consciência histórica no Brasil, no qual a distinção entre o passado, presente e futuro teve como objetivo principal a instituição de uma memória coletiva simultaneamente com a construção de uma memória individual que por meio da educação e tradição criaria uma memória social de um passado coletivo.⁶³

A distinção passado/presente (futuro) é maleável e está sujeita a múltiplas manipulações, no qual a construção da memória coletiva é objeto de atenção do Estado que através do silenciamento e dos esquecimentos da história que busca manipular a população e seu processo histórico.⁶⁴ Partindo dessa vertente o Estado Novo e a revista Cultura Política, buscaram se voltar para História e seu ensino como a história do povo brasileiro que incluía os grandes homens, os heróis e os homens comuns, os anônimos, dando destaques a esses somente no discurso que envolvia a ideia da unidade e a construção do perfil do homem novo. Além disso, ao mesmo tempo se excluía a história de outros povos, que eram abordados apenas quando ligados diretamente a episódios específicos e significativos para a História do Brasil.⁶⁵

Ao se voltar para história do Brasil os intelectuais do Estado Novo e da revista Cultura política, buscaram se apropriar do passado como um antecedente esclarecedor do presente e do futuro, dando a ele um sentido fundador que por meio de datas comemorativas e de uma linha cronológica datada por acontecimentos hierarquizados, se constituiria uma cultura histórica, ligando a população ao seu passado e futuro.⁶⁶ Ao se voltar para o seu futuro, o Estado Novo buscou utilizar no seu discurso a ideia do Estado como fonte do progresso tal como na França durante o Iluminismo, no qual a ideia do poder absoluto do estado a serviço da concretização da perfeição moral, social e individual estaria ligado diretamente ao progresso da sociedade, que de acordo com o nacionalismo e o ideal de unidade, que criaria um novo homem de acordo com as virtudes de seu Estado.⁶⁷ No trecho abaixo podemos notar a preocupação da revista de afirmar a soberania do Brasil e do seu Estado, por meio da idealização do cidadão brasileiro pacifista e trabalhador:

⁶³ LE GOFF, Jacques. "Passado/Presente". In: História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. P.217-262.

⁶⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 04 Out. 2018.

⁶⁵ GOMES, Angela de Castro. "A história do Brasil de Cultura Política". In: História e historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.P.159

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 163.

⁶⁷ NISBET, Robert. "O progresso como poder". História das Ideia de progresso. Trad. De Leopoldo José Collor Jobim. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Científico, 21). P.245-300;

Um único pensamento anima o Brasil de hoje: trabalhar em paz, produzir, refazer-se das crises internas do passado, reconstituir-se para a conquista de dias mais prósperos e mais felizes. O respeito à nossa soberania, na ordem internacional, é um reconhecimento da sinceridade dos nossos propósitos de cooperação pacífica. Lutamos por um mundo melhor e mais humano, de ordem, de equilíbrio e de justiça. Esse ideal nos inspirará sempre: tanto nas horas de paz que desfrutamos, como nas horas das grandes decisões, quando, em algum dia próximo ou longínquo, acaso estiver em jogo o nosso futuro. (...) Somos brasileiros não apenas por dentro e de coração; devemos sê-lo também internacionalmente. A margem de quaisquer simpatias doutrinárias, políticas ou raciais, é brasileiroamente que devemos sempre pensar em nosso futuro e como brasileiros que devemos resolver os supremos interesses do Brasil.⁶⁸

Além disso, esse trecho revela outro ponto importante no discurso ideológico do Estado Novo e o perfil do Homem Novo que é a importância do sentimento de cooperação entre as classes, como uma fórmula de evitar conflitos e desenvolver o caráter nacional, já que o povo preferia soluções amistosas em vez de confrontos como uma forma de equilibrar os interesses de ambos os lados, seja na relação patrão e trabalhador como nas relações internacionais.⁶⁹

Contudo, de acordo com Jorge Ferreira em a sua análise de cartas enviadas a Getúlio Vargas do acervo da Secretaria da Presidência durante o Estado Novo, o aparente conformismo por parte dos trabalhadores fazia parte de uma estratégia dos mesmos para conseguirem alcançar objetivos mais imediatos como melhores salários e novas oportunidades de empregos, revelando assim uma consciência popular que se beneficiava dos mecanismos de doutrinação do Estado em prol dos seus interesses individuais. Sendo assim, para os trabalhadores das décadas de 30 e 40 o Estado se tornou produtor de bens materiais e de justiça social, no qual a revolução de 30 representava a vitória do Estado sobre os interesses particulares dando oportunidades aos menos favorecidos.⁷⁰

Portanto, ao se voltar para construção do “Homem Novo” a revista *Cultura Política* tinha como objetivo sintetizar que a formação desse novo homem era o fruto da unificação das esferas políticas e sociais. Revelando assim uma preocupação dos intelectuais do Estado Novo em produzir uma identidade brasileira, pautada na unidade nacional, perspectiva essa que será melhor trabalhada no próximo capítulo.

⁶⁸ ANDRADE, Almir de. “Soberania Internacional do Brasil”. In: *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Maio de 1941. Ano I Núm. 3. Rio de Janeiro. P.5-8.

⁶⁹ GARCIA, Néson Jahr. “Estado Novo...” op.cit.p.121

⁷⁰ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular, 1930-45*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.P.32-36

Capítulo 2- Que identidade nacional é essa e para quem?

Dentro do projeto ideológico de legitimação do Estado Novo, a questão cultura e política passam a ser essenciais na construção de uma identidade nacional, no qual a cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade, no qual a imprensa e propaganda tem um importante papel nesse redirecionamento da consciência nacional. Sendo assim, ao criar o Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP em 1939, o Estado Novo tinha como objetivo a homogeneização e a centralização dos discursos propagados no regime, no qual a produção simbólica reproduzida no discurso da interação entra a cultura e a política se restringia a um círculo restrito de teóricos denominados como a elite intelectual brasileira.⁷¹

Desse modo, ao agregar diferentes intelectuais ao seu quadro de colaboradores a revista *Cultura Política*, tinha como objetivo produzir um discurso que se adequava as necessidades do regime estado-novista como estabelecer a relação direta entre a cultura e a política, essa perspectiva pode ser notada no trecho abaixo escrito por Almir de Andrade:

Compreendemos agora que existe entre a cultura e a política um traço vigoroso de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes da inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido superior de orientação para o bem comum. Cultura e política são, por isso mesmo, indissociáveis: toda política verdadeira e sadia deve ser uma expressão da cultura popular, assim como toda cultura verdadeira e fecunda deve ter um sentido político, deve conter uma aspiração de integrar-se na vida organizada que a política representa, como cristalização da ordem social. Despertar, robustecer, dilatar essa consciência política que precisa existir em todo esforço de cultura — é uma das finalidades desta Revista. Se ela procura espelhar o Brasil sob todas as suas faces — sociais, intelectuais e artísticas — é para testemunhar que essa consciência já vai surgindo, como resultante da evolução da nossa mentalidade social.⁷²

É por meio da introdução da segunda edição da revista *Cultura Política*, que podemos notar a emergência em apresentar as bases para esse projeto de legitimação pautado numa nova organização social, no qual os intelectuais têm um importante papel, pois cabia a eles direcionar os caminhos da evolução brasileira, sendo denominados como os guardiões privilegiados das ideologias do Estado. Sendo assim, ao se direcionar a elite intelectual a revista *Cultura Política*, buscava produzir um discurso altamente elaborado, permeado por

⁷¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e Poder político: Uma Configuração do Campo Intelectual. ” In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.P.71-108

⁷² ANDRADE, Almir de. “Política e Cultura”. In: CULTURA POLÍTICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros- Abril de 1941.Ano I Núm. 2. Rio de Janeiro.P.5-8.

concepções filosóficas acerca da natureza do Estado e da nação, do lugar do indivíduo na ordem política, do exercício da autoridade e outros diversos tópicos focados em definir uma nova identidade nacional de acordo com a nova relação entre cultura e política, em outras palavras Estado e nação.⁷³

2.1 Intelectualidade e a formação da identidade nacional

Entre os finais do século XIX e início do século XX, diversas transformações econômicas, sociais, ideológicas e políticas ocorreram, e trouxeram mudanças significativas para o eixo da sociedade brasileira que buscava se consolidar como nação forte e independente do seu passado colonial. Foi nesses momentos de crise e mudanças históricas profundas, que as elites intelectuais brasileiras marcaram sua presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional, que inspirados pelo sentimento nacionalista se sentiam os verdadeiros guias da construção da nação brasileira e sua identidade nacional.⁷⁴

Desde a independência em 1822, havia o interesse de alguns intelectuais e políticos brasileiros em criar uma identidade nacional brasileira, que marcasse um movimento de ruptura com o passado colonial português seja nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, e que ao mesmo tempo valoriza-se a individualidade cultural do Brasil por meio da literatura romântica e a exaltação de temas nativistas, como no romance “O Guarani” de José de Alencar publicado em 1857 que concebe um mito de origem da nação brasileira, no qual os personagens Peri e Cecília constituem o casal inicial da nação brasileira, representando assim a união dos valores americanos com os europeus, sendo o Brasil a síntese do velho e do novo mundo, construída depois da destruição do edifício colonial e dos elementos perversos da natureza.⁷⁵

Com a proclamação da República a elite intelectual e política brasileira, se voltou para a necessidade de criar uma identidade nacional voltada para modernização da sociedade brasileira por meio da cultura e da ciência, com o objetivo de superar o atraso cultural e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada

⁷³ VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e ...” op. cit. p 80

⁷⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. “A construção da nacionalidade: os intelectuais e o poder” In: Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo / Mônica Pimenta Velloso. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

⁷⁵ FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009.

da humanidade.⁷⁶ Além disso, se buscou despertar um sentimento nacionalista por meio de obras literárias, históricas, sociológicas e antropológicas sobre a nação e os problemas nacionais, que influenciaria posteriormente o movimento modernista da década de 20, que marcaria uma mudança formal nas produções artísticas, culturais e simbólicas do Brasil se voltando para as raízes da nação e para o ideal de brasilidade que levaria ao desenvolvimento da nação rumo a modernidade.⁷⁷

Contudo, entre a Proclamação da República em 1889 e o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, os esforços dos intelectuais nacionalistas brasileiros não ultrapassaram o plano de críticas ideológicas, necessitando de ramificações diretas ou imediatas institucionais e populares, além disso apresentava uma fraca interação com os políticos nacionalistas. Sendo assim, nas primeiras décadas do século XX acabou prevalecendo os ideais dos políticos militantes nacionalistas, que procuraram modelar o novo regime republicano de acordo com as realidades existentes e com seus objetivos econômicos e políticos. Possuindo assim, como principal meta a revitalização do Estado e da sua legitimidade e eficiência, lutando contra várias forças políticas antinacionais ou não-nacionais como os movimentos anarquistas e os movimentos separatistas ligados ao regionalismo oligárquico, não se preocupando inicialmente com aspectos ideológicos do nacionalismo e sua adesão popular.⁷⁸

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma mudança drástica da opinião pública brasileira que influenciados por um sentimento de descrença com a ordem tradicional e seus modelos de pensamentos, como a vertente racional-liberal que passaram a ser considerados o mal da República Brasileira, cedendo assim espaço para instauração de um novo sentimento nacionalista por parte de uma nova juventude revolucionária. A busca pela modernidade dentro das estruturas brasileiras se tornou o foco das preocupações dos intelectuais brasileiros, que passaram a atacar os defensores da velha ordem e suas convicções cientificistas e racistas.⁷⁹

Sendo assim, é entre as décadas de 1920 e 1930 que o nacionalismo brasileiro se aperfeiçoa, no qual os intelectuais se voltam primeiramente para as artes como um mecanismo de representar e atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o

⁷⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

⁷⁷ LAUERHASS, Ludwig. Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia. Coleção: Reconquista do Brasil 2ª série: v.99. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 38

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 60

desenvolvimento da Nação, que tomados pelo ideal nacionalista e o senso de missão ou dever social se auto elegeram sucessivamente a consciência iluminada do nacional, sendo os únicos indivíduos capazes de conhecer o Brasil e sua identidade nacional.⁸⁰

No entanto, é partir da Revolução de 30 que os intelectuais se direcionam para o âmbito político se voltando principalmente para o Estado como a representação superior da ideia de Nação, sendo ele o único mecanismo capaz de instaurar a ordem e organizar a sociedade brasileira civil, que se encontrava fragmentada pela tradição regionalista das oligarquias rurais que se encontravam no poder desde o início do século. Dentre as diferentes soluções apontadas pelos os intelectuais do período, o discurso se centralizava na transformação do Estado como um princípio tutelar da sociedade, que por meio do controle coercitivo da centralização de um poder burocrático seria capaz de evitar os erros do passado e de administrar os processos de mudanças sociais e política, assegurando assim a sobrevivência de medidas que fossem boas para a nação.⁸¹

Sendo assim, a instituição do Golpe de 1937 representou a vitória dos intelectuais autoritários, que reconheciam nas características do regime as bases do seu pensamento, como a supressão da democracia representativa e do sistema de partido, em virtude da consolidação da centralização de poder na mão do Estado e do líder carismático que se encontrava na figura de Vargas como um presidente ideal.⁸² Além disso, marcou a inserção dos ideólogos autoritários nos mais diversos campos do funcionamento da máquina estatal, da economia à cultura, tendo ainda acesso a canais de expressão como jornais e revistas controlados ou censurados pelo governo, marcando assim um papel mais ativo dos intelectuais na sociedade brasileira como agentes de transformações sociais.⁸³ Tal como revela a obra de Azevedo de Amaral⁸⁴ sobre o Estado Autoritário e realidade nacional, no qual juntamente a Francisco

⁸⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. "Os intelectuais e a política..." op.cit.p.3

⁸¹ GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. Editora Marco Zero. São Paulo, SP, 1990.

⁸² FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940). Rio de Janeiro Zahar 2001 1 recurso online ISBN 9788537804797. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>>. Acessado em: 10 de novembro de 2018.

⁸³ Idem, ibidem, p. 39.

⁸⁴ Azevedo Amaral foi um dos principais escritores e intérpretes do Estado Novo, reconhecido por suas obras, "A Aventura político do Brasil", "Ensaio Brasileiro" (Rio, 1930), "O Brasil na crise atual" (São Paulo, 1934), "O Estado Autoritário e a Realidade Nacional" (Rio, 1938) e de numerosos artigos sobre política, economia e problemas brasileiros que foram publicados em diversos jornais brasileiro durante o período reconhecia em Vargas o grande expoente da mudança social do Brasil, em virtude disso a seção da revista Cultura Política "O pensamento político do Chefe de governo" é inaugurado com seu artigo "Realismo Político e democracia", além disso ao longo das edições da revistas diferentes artigos seus são publicado, tornando o assim um importante colaborador da revista.

Campos e Oliveira Vianna são considerados os principais expoentes do pensamento autoritário do Brasil entre 1930-1945.

Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo os intelectuais são investidos da função de retransmitir as massas, sob forma clara e compreensível, o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. Assim, a elite cultural do país torna-se no Estado Novo um órgão necessariamente associado ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublima e coordena.⁸⁵

O trecho acima revela um dos pontos centrais do pensamento político autoritário brasileiro e da necessidade da participação dos intelectuais para mudar tal conjuntura, pois se compreendia a sociedade brasileira como um ser imaturo, indeciso e, portanto, incapaz de se desenvolver sozinha necessitando assim de guias e porta-vozes que intermediaria a relação do Estado e do povo, no qual o Estado passaria a personificar a imagem da nação e a identidade do seu povo.⁸⁶ Essa concepção fazia parte do projeto ideológico do Estado Novo que ao se voltar para a formação social da sociedade brasileira, buscou detectar e valorizar o papel do Estado entre as relações das classes dominantes e subalternas como um mecanismo de unificação da consciência nacional, no qual a propaganda e os meios comunicação foram um dos principais instrumentos de propagação da ideologia dominante para população leiga.⁸⁷

Além disso, o Estado Novo ao se apresentar como um “novo regime” e como um “novo caminho” para sociedade brasileira, buscou de maneira bem ampla refundar o Brasil por meio da reconstrução do seu povo, no qual o Estado por meio do projeto estatal e a adoção de simbologias nacionalistas como festas tradicionais e músicas que exaltavam o povo e seu caráter nacional, se tornaria o principal agente de mudança da realidade brasileira transformando assim o seu povo em cidadãos conscientes e maduros.⁸⁸ Essa concepção pode ser notada por meio do discurso proferido por Getúlio Vargas na solenidade comemorativa do 119º aniversário da Independência do Brasil, que foi publicado na edição de outubro de 1941 da revista *Cultura Política*:

⁸⁵ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Versão para eBook. Julho 2002., 1938. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Azevedo%20Amaral-1.pdf>>. Acessado em: 08 de novembro de 2018

⁸⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. ” A política não é mais a "madrasta da inteligência"; surge Getúlio Vargas o "pai dos intelectuais". In: Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo / Mônica Pimenta Velloso. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. P.13-18

⁸⁷ GARCIA, Néelson Jahr. “ Perspectivas teóricas para o estudo da propaganda política em uma formação social.” In: Estado Novo, ideologia e propaganda política. eBooksBrasil.com, 1999.P.39

⁸⁸ SOUZA, Ricardo Luiz de. Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional (1930-1945). História da Educação, v. 8, n. 15, p. 89-127, 2004. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30282>>

Vejo com grande alegria tão vigoroso renascimento da consciência nacional. O povo brasileiro, de norte a sul, em todos os quadrantes, nas mais distantes cidades, nos povoados mais longínquos, reverencia a memória dos seus pró-homens, mobilizado, unido e pronto a tudo empreender pelo engrandecimento da Pátria. As festividades que outrora tinham o cunho formalístico das comemorações puramente convencionais assumem, hoje, o caráter amplo e sugestivo de verdadeiras consagrações coletivas. Todos participam do regozijo nacional. Em todos os espíritos bem formados transparece o orgulho de ser brasileiro e trabalhar pelo progresso comum.⁸⁹

Como publicação oficial do governo, a revista *Cultura Política* se colocava como peça fundamental para propagar os discursos dos “grandes intelectuais” para os demais intelectuais da sociedade, sendo assim o veículo que melhor reflete o caráter complexo da incorporação dos intelectuais ao regime, pois procurava compor o seu quadro de colaboradores com diferentes pensadores pró ou contra o regime, no entanto, apesar de apresentar certa diversidade, o seu discurso buscava ser homogêneo estando diretamente, vinculado ao projeto ideológico autoritário do Estado Novo passando por uma censura prévia do DIP.⁹⁰

Almir de Andrade diretor e escritor da revista buscava unificar essas propostas autoritárias ao seu discurso, no qual acreditava que as justificativas da nova política do Estado Novo eram buscadas no passado e na tradição cultural do Brasil, no qual o Estado se apresentava como o responsável de manter a ordem e o equilíbrio da sociedade hierarquizada por meio das leis e da proteção da cultura, sendo ainda responsável por manter a linha de continuidade entre passado, presente e futuro.⁹¹ Para ele a Constituição de 1937 representava o principal mecanismo do Estado de assegurar a evolução da sociedade brasileira, como pode ser notado no trecho abaixo retirado de uns dos seus artigos publicados na *Revista Cultura Política*:

O que a Constituição de 1937 fez, entre nós, foi justamente tomar uma realidade franca e declarada o que, desde quase um século, sempre foi uma realidade insofismável da vida brasileira: a supremacia do Poder Executivo, como meio de realizar a unidade de ação e a coordenação das funções políticas. Era assim, por força de um dispositivo constitucional, no Brasil Império. Continuou sendo assim — embora veladamente, com toda a espécie de disfarces exteriores e hipocrisias políticas - durante a Primeira República. Hoje, lealmente confessamos que só pela unidade do poder, enfeixado nas

⁸⁹ VARGAS, Getúlio. “Oração de 7 de setembro”. In: *CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Outubro de 1941. Ano I Núm. 8. Rio de Janeiro.

⁹⁰ CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI, Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 145-164, 2003.

⁹¹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Tradição e política: O pensamento de Almir de Andrade” In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rj: Zahar, 1982.P.31-47.

mãos de um Governo Forte, poderemos levar avante os esforços de reconstrução social e política do Brasil.⁹²

Segundo Renato Ortiz, a construção da identidade nacional brasileira está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e a própria construção do Estado. Além disso, ressalta que toda identidade é uma construção simbólica que é determinada pelos diferentes grupos sociais em diferentes contextos históricos.⁹³ A Constituição de 1937 ao definir em seu artigo 2º a utilização da bandeira, do hino, do escudo e o brasão das armas nacionais como uso obrigatório em todo país, e ao proibir as bandeiras, hinos, escudos e armas dos estados, tinha como objetivo criar uma sensação de unidade nacional e simbolizar centralização do poder por parte do novo regime.⁹⁴ De acordo com o artigo de introdução da 4ª edição da revista Cultura Política de junho de 1941:

Um dos pontos de maior interesse para a análise da atual organização política do Brasil é a situação dos Estados e Municípios em face do governo da União, no que diz respeito à sua capacidade administrativa e legislativa. Foi essa situação regulada pela Constituição de 1937 e, posteriormente, em 1939, por uma lei orgânica, que consolidou o princípio da centralização nacional, visando unificar toda a direção política do país e subordinar todas as questões de importância fundamental ao exame, fiscalização e orientação superior do poder central. (...) O caráter transitório da Lei Orgânica dos Estados, ainda em vigor, não diminui a importância do seu conteúdo. Nela se consubstancia o pensamento político do atual Governo, a tendência essencialmente centralizadora que a experiência mostrou ser a mais eficiente, a mais de acordo com as nossas necessidades e tradições, a mais capaz de reconstruir o Brasil.⁹⁵

A centralização de poder e o ideal de unidade são pontos chaves do discurso intelectual do Estado Novo, que pautado sobre uma doutrina autoritária e intervencionista, buscou estabelecer uma reorganização da sociedade, visando o controle da crise econômica e a neutralização das forças sociais correspondente ao interesse capital, o eixo do pensamento estado novista então se volta para o ideal da homogeneização da população, negando qualquer perspectiva de diversidade, no qual as minorias tendiam a ser rejeitadas em nome de um modelo político, social e cultural que busca o consenso em torno do Estado forte e do ser brasileiro, no qual o interesse público prevalecia ao interesse individual.⁹⁶

⁹² ANDRADE, Almir de. “Os Grandes traços da Constituição de 10 de novembro de 1937”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Julho de 1941. Ano I Núm. 5. Rio de Janeiro.

⁹³ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 4ª reimpressão 1994.

⁹⁴ BRASIL, Constituição de 10 de novembro de 1937. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>

⁹⁵ ANDRADE, Almir de. “O Brasil e a Centralização do Governo”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Junho de 1941. Ano I Núm. 4. Rio de Janeiro.

⁹⁶ SOUZA, Ricardo Luiz de. “Autoritarismo, Cultura...” op.cit.p.96.

Essa preocupação por parte dos intelectuais em negar a diversidade da população brasileira e promover um discurso de homogeneização racial, pode ser notada na nota de introdução de um dos artigos da revista na sua primeira edição localizada na sessão de “Documentos Históricos”, que buscava analisar o texto de Oliveira Lima⁹⁷ sobre o movimento de Independência:

Um dos traços mais característicos da formação democrática brasileira é a inexistência, entre nós, do preconceito de raças. O regime de 10 de novembro de 1937, procurando integrar-se em nossas tradições e tendências populares, conservou incólume esse traço — inseparável da nossa alma e da nossa cultura tropical. — De fato, o sentimento da igualdade das raças não nos veio do preconceito igualitário do liberalismo francês de 1789. Ele tem raízes muito mais profundas em nossa história e em nossa cultura. Nasceu de uma larga experiência de contatos humanos, em que raças diversas se fundiram para formar uma mesma unidade política e social. (...) O nacionalismo brasileiro não alimenta preconceitos de raça; deixaria de ser "brasileiro" no dia que o alimentasse. O nosso incessante caldeamento racial tem sido, talvez, a nossa maior experiência humana. Ela ensinou-nos a valorizar o homem pelo homem, sem distinções de 'origem ou de sinais hereditários. Nossa evolução política do presente — como o foi a do passado, como o será a do futuro — não se afasta, antes se aprofunda cada vez mais, nesse sentimento de fraternidade racial, dentro das nossas fronteiras. O Estado Nacional, entre nós, procura no cidadão unicamente as qualidades, os ideais e as condições que o tornam "brasileiro" e capaz de trabalhar pelo Brasil. As diversidades raciais são transitórias: todas as raças que contribuíram para a nossa formação social se irmanaram para sempre no seu esforço construtor de uma só e grande Pátria. ”⁹⁸

Dentro dessa perspectiva de unidade e homogeneização racial, o projeto ideológico do Estado Novo buscava esconder um projeto implícito dentro da concepção de evolução social, o de embranquecer a população, no qual a concepção de Oliveira Vianna e Gilberto Freire são as bases para se repensar a questão da identidade nacional e da miscigenação na década de 30. Oliveira Vianna um dos principais ideólogos do nacionalismo autoritário brasileiro, em sua obra a “Evolução do povo brasileiro” de 1923, ao abordar que o Brasil era como um grande campo de mistura de raças, apontava que ao longo do seu processo de miscigenação o Brasil se tornaria branco chegando assim a sua evolução, pois no processo natural da mistura das raças inferiores com a raça superior (branca), o resultado seria o branqueamento da população, cabendo o Brasil fazer essa integração com os povos superiores

⁹⁷ Oliveira Lima foi um importante escritor, crítico literário, diplomata, historiador e jornalista brasileiro do final do século XIX e início do século XX, que escreveu diversas obras sobre história, diplomacia, viagens e literatura. Além disso, foi membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. Biografia Oliveira Lima. Disponível em < <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

⁹⁸ ANDRADE, Almir de. “A Igualdade de Raça no Brasil: Suas Raízes Históricas”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Março de 1941. Ano I Núm. 1. Rio de Janeiro. P.202

(europeus).⁹⁹ Partindo dessa perspectiva Francisco Campos um dos principais ideólogos do Estado Novo e Ministro da Justiça entre 1937-1941, ao reformar as instituições jurídicas do Estado brasileiro, buscou regulamentar a política imigratória com maiores fiscalizações nos portos e fronteiras, recebendo somente os imigrantes “desejáveis” que não se encaixassem nos rótulos de negros, judeus, e japoneses, além disso buscou distribuir os brancos europeus pelo território de maneira mais equilibrada, promovendo a homogeneização da população de forma equilibrada sem apresentar nenhum risco pro projeto de identidade nacional.¹⁰⁰

Já Gilberto Freyre ao abordar uma relação entre a população branca e negra como formadores da cultura brasileira em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), ele apresenta um novo fundamento a sociedade brasileira, a questão da unidade, no qual a miscigenação lançou as bases de um novo modelo de convivência entre raças, tendendo a neutralizar espontaneamente conflitos e diferenças. Essa perspectiva abriu espaço para construção de uma concepção positiva do ser brasileiro que com o apoio do projeto ideológico do Estado Novo as qualidades negativas como preguiça e malandragem antes caracterizadas como inerentes das raças mestiças, são substituídas pela ideologia de trabalho sendo amplamente divulgada por ações culturais do governo.¹⁰¹

Outro aspecto bastante importante ao se pensar o projeto ideológico do Estado Novo é a incorporação da classe trabalhadora no discurso de sustentação da relação Estado e povo, no qual a nação é caracterizada pela massa trabalhadora, marcando assim uma política de enfrentamento da questão social, que ao se voltar para realidade nacional reconheceria as necessidades e potencialidades do povo brasileiro e transformaria o trabalho como um valor supremo da reconfiguração do Brasil.¹⁰² Sendo assim, a construção simbólica sobre o “trabalhismo” e o nacionalismo, tem como objetivo identificar o trabalhador como a representação da identidade e da alma do povo brasileiro, no qual a dimensão privada e

⁹⁹ SOUSA, Ronilson de Oliveira. “OLIVEIRA VIANA E AS QUESTÕES DA MISCIGENAÇÃO NO BRASIL- A desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país. ” In: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas- O desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização nas lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em:< <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/oliveiravianaeeasquestoesdamiscigenacaonobrasil.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2018

¹⁰⁰ BRASIL, Paula Zambelli Salgado. Eugenia e nacionalismo brasileiro: a contextualização histórica das políticas migratórias antes e após o Estado Novo. **Revista Política Hoje - ISSN: 0104-7094**, [S.l.], v. 27, p. 195-213, maio 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/231242/29099>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

¹⁰¹ ORTIZ, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*, p. 36-44, 1985.

¹⁰² GOMES, Angela de Castro. “O redescobrimto do Brasil”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rj: Zahar, 1982.P. 116.

pública do homem era definida pela relação trabalhador/cidadão, isto é, pelo membro socialmente útil do Estado.¹⁰³ Segundo Angela de Castro Gomes:

O sentido principal e o núcleo da proposta de renovação e humanização do Estado encontram-se ligados a um esforço consciente de atribuição de um valor positivo e intrínseco ao trabalho. Esse deveria deixar de ser visto como um castigo ou como um simples instrumento para atingir objetivos que se definiam fora de seu universo. O trabalho deveria ser encarado como uma atividade central à vida do homem e não como um meio de "ganhar a vida". Isto implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central à sua realização como pessoa e também a sua relação com o Estado. (...) Desta dinâmica adviria o sentido social profundo da fórmula política encontrada pelo Estado Novo. O cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definiria pela posse de direitos civis e políticos, mas justamente pela posse de direitos sociais.¹⁰⁴

Sendo assim, cabia ao novo Estado Nacional conciliar homem e sociedade, liberdade e autoridade, entendida como quantidade de força coercitiva indispensável para o desenvolvimento do homem como o povo, pois o que se tentava era recuperar a ordem que foi perdida ao adotar as diretrizes liberais da República Velha. Dentro dessa perspectiva, a ordem e o ideal de unidade era fundamental na concepção de cidadania do período, no qual o dever prevalecia aos direitos, pois a nação se sobrepõe aos interesses individuais, resultando assim no atrelamento da cidadania com o dever cívico, em que o princípio fundamental da cidadania é o trabalho se engrandecer a Pátria.¹⁰⁵

Além disso, vale ressaltar que a identidade nacional é forjada em diversos momentos da história, sua definição depende de visões políticas que vigoram em determinados períodos sobre o contexto social e sua representação, estando geralmente ligado ao discurso de grupos dominantes como os da elite intelectual e política.¹⁰⁶ Partindo dessa concepção os intelectuais brasileiros ao se colocarem como porta-vozes dos anseios populares, buscavam representar o seu próprio interesse, no qual ao conferirem um poder simbólico da massa trabalhadora durante o Estado Novo, se tinha um objetivo transfigurado de legitimar o seu próprio poder delimitando assim a hierarquia das estruturas sociais.¹⁰⁷

¹⁰³ ARAUJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e Identidade Nacional nos anos Vargas: Tensões e contradições da uma Cultura Oficial. **Revista de Ciências do Estado**, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: < <https://seer.ufmg.br/index.php/revce/article/view/3668>>.

¹⁰⁴ GOMES, Angela de Castro. "O redescobrimto..." op.cit.p.127

¹⁰⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. "A cidadania no varguismo e no peronismo". In: Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Textos do Tempo). P.173-210

¹⁰⁶ PRATES, Kelen Katia; DE CARVALHO, Carlos Eduardo Souza. Políticos, Intelectuais e Futebol: A construção da identidade nacional durante a Era Vargas. **Revista Outras Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 246-254, 2016. Disponível em: < <http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/172>>

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. P.11

Contudo, Getúlio Vargas em seus discursos sobre o papel das elites intelectuais do país abordava que os mesmos deviam adotar uma atitude menos isolacionista como as do passado e deviam assumir o seu papel social se engajando nos domínios do Estado e traduzindo assim as mudanças realizadas pelo regime.¹⁰⁸ Essa perspectiva pode ser notada no discurso de Getúlio Vargas sobre o papel dos bacharéis na sociedade brasileira, pronunciado pelo mesmo em 20 de dezembro de 1941, para uma turma de colação de grau na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, que foi publicado na introdução na 11ª edição da revista *Cultura Política*:

O bacharel não é um mal brasileiro, porque não é um mal. A elite intelectual do país apresenta-se ainda muito reduzida relativamente à totalidade da população. Os homens possuidores de um curso superior apenas bastam para os postos essenciais. A crítica ao bacharelismo resulta de um pressuposto: o de que o portador de um título deve ser um profissional exclusivo da advocacia ou membro da magistratura, em resumo um homem apenas dedicado a profissão para que o habilita o diploma, e diminuído quando realiza o seu destino noutros setores de trabalho. O bacharel quer seja burocrata, industrialista ou agricultor, é um agente de cultura no seu meio, porque mais afeito ao trato das idéias gerais e mais apto a compreender a sua terra e a sua gente sob um critério amplo e progressista. Em qualquer situação, sempre, que exerça com devotamento uma função ou a que dedique as atividades produtivas, constituem positivo lucro para a vida social da Nação. (...) Nunca, em período algum da história, foi tão vasto o movimento de transformação dos valores existentes, nem tão profunda a inquietação da humanidade. Com as vossas energias moças haveis de atravessar a tormenta, mostrando o ânimo superior dos fortes. Haveis de dar à Pátria tudo quanto vos pedir para serdes digno dela. Haveis de empregar todos os esforços para honrá-la. E, se no caminho da vitória, algum desalento atingir o vosso espírito, lembrai-vos que esse desalento é contagioso, que ides sugerir os outros, e que os povos como os indivíduos já estão derrotados quando admitem a derrota. ”¹⁰⁹

Ao criticar um certo conformismo por parte de certos bacharéis do passado e ao abordar o papel dos novos bacharéis na cultura do Estado, Getúlio Vargas buscava introduzir os intelectuais ao campo político e colocar como verdadeiros agentes da cultura, capazes de transmitir as múltiplas manifestações sociais para o seio do Estado, sendo os encarregados de indicar os novos rumos da nova política do Brasil para os diferentes setores da sociedade, o projeto ideológico do Estado Novo buscou personificar em Getúlio Vargas o exemplo a ser seguido por todos os intelectuais, pois ele representava o homem de pensamento e de ação, a perfeita junção entre cultura e política.¹¹⁰

¹⁰⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. "Os intelectuais e a política..." op.cit.p.11

¹⁰⁹ VARGAS, Getúlio. "O Novo Espírito da Constituição e do Direito Brasileiro". In: *CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Janeiro de 1942.Ano II Núm. 11. Rio de Janeiro.

¹¹⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. "Os intelectuais e a política..." op.cit.p.16

2.2 Getúlio Vargas a personificação do regime e da sua identidade nacional

É a partir do trecho do ensaio “Democracia, Eleição e representação”, do jornalista e diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda Lourival Fontes, publicado na revista Cultura Política em agosto de 1941, é que voltaremos a atenção para importância da figura de Getúlio Vargas na consolidação do projeto ideológico do Estado Novo.

Nas horas graves, os povos voltam-se para o general que comandou a batalha, o legislador que instituiu um código, o estadista que acresceu o território, o conquistador que venceu o desconhecido ou o herói puro que se sublimou em renúncia. O chefe impõe-se, ascende sobre todos, domina e protege a comunidade. O fator pessoal é a lei suprema. (...) Na marcha ascensional para a dominação e para a expansão política, os povos reúnem-se em torno de nomes, de chefes, de dirigentes, de personalidades representativas, de valores típicos, que emergem e se destacam do seio das massas humanas, não por elas escolhidos à sua imagem como na liberal-democracia, mas por elas aceitos como personificações da vontade coletiva.¹¹¹

Ao se voltar para construção de uma identidade nacional o projeto ideológico do Estado Novo, buscou se consolidar por meio da criação de um imaginário social em torno do seu chefe de governo, que com a ajuda dos intelectuais e com o controle dos meios de comunicação e da propaganda passou personificar a figura de Getúlio Vargas em um mito político, que ao longo da sua vida política foi representado tanto como um herói como um ditador frio. Ao adotar um símbolo para representar o mundo social e apontar uma universalidade no discurso voltado na razão, os ideólogos estado novista buscavam incorporar uma figura de autoridade que representasse tanto o caráter reformador do regime como alguém que forjasse os interesses dos grupos de poder.¹¹²

Sendo assim, a construção do mito político Getúlio Vargas representava a necessidade histórica de seu tempo, no qual se projetava como um grande estadista de acordo com as limitações nacionais de uma sociedade forjada no clientelismo, na troca de favores, de violências e represálias contra as liberdades democráticas. No qual, Vargas se apresentava como um homem de grande sensibilidade para transformações que ocorria no Brasil e no mundo, sendo um político pragmático que colocava os interesses nacionais acima dos interesses individuais, sendo bastante diferente dos governos oligárquicos que comandaram o Brasil até 1930.¹¹³

¹¹¹ FONTES, Lourival. “Democracia, Eleição e Representação”. In: Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Agosto de 1941. Ano I Núm. 6. Rio de Janeiro. P.9

¹¹² CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

¹¹³ TAVARES, José Nilo. “Getúlio Vargas e o Estado Novo”. In: SILVA, José Luiz Werneck da. Feixe e o prisma: Uma revisão do Estado novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. P.73-81.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu no dia 19 de abril de 1882 em São Borja-Rio Grande do Sul, filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas membros da elite agropecuária da região, teve condições de durante a adolescência estudar em um bom colégio em Ouro Preto capital mineira, até ser expulso por causa do irmão que havia se metido em uma briga. Em 1898, decidiu seguir carreira militar, ingressou na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS) em 1900, e combateu no conflito armado entre o Brasil e a Bolívia pelo o Acre em 1903 experiência essa que revelou em seus diários ter mudado a sua vida, ao voltar no mesmo ano pediu seu desligamento e ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre como ouvinte, no qual acabou se matriculando em 1904 sendo nesse período que se aproximou da ideologia positivista e republicana.¹¹⁴

Contudo, sua primeira experiência política foi em 1909 como deputado da assembleia legislativa do seu estado, logo depois teve mais 3 mandatos como representante do seu estado, no qual em 1924 assumiu a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara. Em 15 de novembro de 1926, Washington Luís assumiu a presidência, empossando Vargas no Ministério da Fazenda. Essa escolha tinha o claro propósito de reconciliar o Rio Grande do Sul com a aliança Minas-São Paulo, contudo a passagem de Vargas como ministro duraria pouco mais de um ano, pois com a renúncia de Borges de Medeiros a cadeira de presidente do estado natal ficaria vaga, cargo esse que Getúlio Vargas passaria ocupar por dois anos até 1929, quando ao se juntar a Aliança Liberal se candidatou a presidência da república em 1930, essa aliança marcou o rompimento dos estados Rio Grande do Sul e Minas Gerais com o governo federal, que queria colocar outro paulista no poder.¹¹⁵

Desde o início, a campanha de Vargas recorreu a um programa nacionalista e reformista, no qual mesmo sem o apoio de líderes sindicais propunha uma legislação trabalhista mais ampla, além disso sua plataforma advogava o voto secreto e o direito de votos para as mulheres, e propunha também um esforço para alimentar os pobres e o atendimento aos problemas sociais.¹¹⁶ Contudo, em 1º de março de 1930 Getúlio Vargas fora vencido nas urnas pelos paulistas com uma diferença de 300 mil votos, surge então um movimento revolucionário dentre os aliancistas para tomada de poder por meio das armas, que lideradas pelos tenentes do exército e o apoio de um grupo de políticos civis, deflagraram um golpe de

¹¹⁴ LEVINE, Robert M. “No comando, 1883-1937”. In: Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.P. 31-80.

¹¹⁵ BRANDI, Paulo. Verbete- Getúlio Vargas (1882-1954). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>>

¹¹⁶ LEVINE, 2001.op.cit, p. 42

Estado em 3 de outubro de 1930, sendo mais conhecido como revolução de 30, que acabou colocando Getúlio Vargas como chefe do governo, posição essa que o mesmo sustentaria até 1945.¹¹⁷

A revolução de 30 e a crise do sistema oligárquico, marca a incorporação das classes populares ao jogo político como a base do discurso de legitimação do novo Estado, pois nenhum grupo dominante tinha expressão suficiente para demandar os interesses da nação economicamente. Ao se abandonar a política liberal dos governos oligárquicos, se buscou adotar um projeto político populista que buscasse representar os interesses gerais, no qual o chefe de governo passaria ser o árbitro do Estado optando sempre por medidas que despertavam menor resistência ou maior apoio popular. Sendo assim, a relação de caráter pessoal entre as massas e o governante passa ser algo fundamental no jogo político, no qual ao adotar uma complexa rede de significações e simbologias carregadas de emotividade paternalista e personalista, na representação da figura do chefe de governo, se busca manipular a massa de acordo aos interesses do Estado e das classes dominantes.¹¹⁸

Desta maneira, é a partir da chamada revolução de 30 e mais precisamente após o golpe de 1937, que a imagem de Getúlio Vargas passa a ser divulgada e associada ao salvador e herói do Brasil, que ao estabelecer dentro do projeto político ideológico do Estado Novo o liberalismo como inimigo e na revolução de 30 as elites oligárquicas paulistas e mineiras como os responsáveis da crise brasileira, ele se apresenta como a figura que transformaria a política brasileira e equilibraria as divergências dos grupos dominantes.¹¹⁹ Essa transformação na imagem de Getúlio Vargas como o salvador da pátria, tinha como objetivo a apropriação do imaginário social, no qual segundo Luís Felipe Miguel:

O Salvador também é aquele capaz de encarnar a vontade do todo social — que se identifica, quase que sobrenaturalmente, com este todo — contra os interesses egoístas, particularistas, dos adversários. O anseio por harmonia, por unidade, está presente em todos os mitos políticos. Uma harmonia que significa o fim da política, pois ela (a política) só existe a partir do momento em que há discrepância quanto ao ordenamento da vida em sociedade.¹²⁰

Diretamente envolvido no esforço de divulgação da figura de Vargas, estava o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que desde a sua criação em 1939 até a sua extinção em 1945 buscou por meio da apropriação dos meios de comunicação e da

¹¹⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos 30: as incertezas do regime”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Coleção *O Brasil Republicano. VII. O tempo do nacional-estatismo*. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p.13-37.

¹¹⁸ WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 206 p

¹¹⁹ TAVARES, 1991. op. cit, p.79.

¹²⁰ MIGUEL, Luís Felipe. Em torno do conceito de mito político. Dados, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0011-52581998000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

propaganda criar símbolos que definissem o imaginário político em torno de Vargas e do Estado, além disso o mesmo mecanismo foi usado para criar signos sobre os inimigos e aliados do Estado, no qual essas representações encadeiam tanto sentimentos de aversão como de admiração. Segundo Maria Helena Capelato no Brasil de Vargas o comunismo foi o grande catalisador de sentimentos que mobilizavam temores de desintegração da sociedade e da instauração do caos, no qual o levante comunista de 1935 serviu de pretexto para a concretização de medidas fortalecedoras do Estado em nome da Segurança Nacional, que acabaria preparando o terreno para o advento do Estado Novo.¹²¹

Se apropriando da vertente dos intelectuais autoritários da década de 20 e 30, o Estado Novo também adotou os políticos liberais da República Velha como os inimigos do imaginário varguista, contudo as representações sobre o mesmo não tinham a mesma força que as imagens associadas ao comunismo, pois as “classes produtoras” ainda compunha o regime de Vargas não marcando assim uma ruptura completa com o seu inimigo.¹²² No entanto, vale ressaltar que nos discursos dos intelectuais da revista Cultura Política a crítica ao liberalismo e ao velho regime se apresenta como um mecanismo de exaltação das transformações realizadas no Estado Novo, como pode ser notado no artigo sobre os grandes traços da Constituição de 1937:

O quarto grande traço da Constituição de 1937 é a nova posição em que ela colocou o indivíduo e o corpo social em face do Estado. Abandonámos os velhos preconceitos liberais, que levavam o culto ao indivíduo e à liberdade individual ao extremo de poderem eles contrapor-se aos grandes e legítimos interesses sociais. Reconhecemos hoje que o Estado é, essencialmente, uma expressão social, um produto de necessidade sociais. Procuramos substituir as palavras vazias da igualdade puramente "formal" da liberal-democracia pelas realidades de uma verdadeira democracia econômica e cultural, que logre assegurar aos indivíduos uma igualdade "real", isto é, uma igualdade de oportunidade para todos, afim de que cada qual conquiste o que merece, segundo as suas necessidades e de acordo com as suas capacidades.¹²³

Os diagnósticos sobre a República Velha, em particular, e sobre o passado do país, em geral, traduzem a concepção de que a revolução retirou o país de um estado de natureza, conduzindo-o a maturidade política, identificada a memória e à ordem. O processo de construção da nacionalidade deve, portanto, priorizar o princípio de autoridade, rejeitando os valores liberais de fictícia liberdade e igualdade que conduziram o país ao esquecimento/desordem em que se encontrava. Dentro desse conceito o chefe de governo,

¹²¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Imagens e espetáculo do poder no Varguismo e no Peronismo”. In: Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo). P.52

¹²² Idem, ibidem, p.53

¹²³ ANDRADE, Almir de. “Os Grandes traços da Constituição de 10 de novembro de 1937”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Julho de 1941. Ano I Núm. 5. Rio de Janeiro.

seria o verdadeiro responsável por conduzir a massa trabalhadora ao centro do cenário político, como um mito - um modelo exemplar, um ser de qualidades admiráveis – Getúlio Vargas se sobrepõe assim ao próprio projeto do Estado Novo, transfigurando-se na expressão viva do Estado e da nação.¹²⁴

Essa concepção pode ser notada no discurso da palestra de Almir de Andrade, lida ao microfone da Rádio Ministério da Educação e retransmitida pela Rádio Jornal do Brasil e Rádio Difusora da Prefeitura do Distrito Federal, na noite de 18 de abril de 1942, durante o programa da Cruzada Nacional de Educação, em comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas, que posteriormente foi publicada na edição de maio de 42 da revista Cultura Política:

E se o governo é um serviço público, que exige desprendimento, capacidade e energia, não são mais interesses de grupos ou privilégios de qualquer natureza que influem na escolha dos membros da administração: são os seus méritos e os seus conhecimentos, é o seu valor e a sua produtividade. E o exemplo, nesse particular, nos vem do alto, da magistratura suprema da Nação. Tanto quanto pelas suas qualidades de estadista, a figura do atual Presidente da República se impôs pelo seu exemplo de energia e de trabalho, de estudo paciente e de preocupação constante com o bem comum. É um exemplo vivo de democracia, dessa democracia que caracteriza a mentalidade política brasileira do presente: democracia de trabalho e de ação, democracia em que todos, desde o Chefe da Nação até o mais humilde funcionário, não têm outro pensamento senão o de servir melhor e mais eficientemente aos interesses coletivos, à prosperidade, à ordem e à reorganização social do Brasil.¹²⁵

Segundo Nelson Jahr Garcia, o processo de legitimação do Estado Novo realizou-se pela difusão de um conjunto de mensagens, através das quais se procurava demonstrar a compatibilidade da estrutura do funcionamento do regime às concepções e objetivos apresentados e propostos.¹²⁶ Sendo assim, a construção do ordenamento do regime necessitava de políticos voltados para a cultura de seu povo, para a busca de um líder e um tipo de liderança advinda de um perfil específico de político, como representante dos anseios nacionais a revista Cultura Política como o DIP, buscaram apresentar Getúlio Vargas como o condutor das transformações sociais e políticas do regime.¹²⁷ Essa perspectiva pode ser observada na nota escrita por Lourival Fontes, na edição comemorativa do 4º aniversário do regime em 1941:

¹²⁴ GOMES, Angela de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.P.146

¹²⁵ ANDRADE, Almir de. “Getúlio Vargas e a doutrina política brasileira”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Maio de 1942.Ano II Núm. 15. Rio de Janeiro.P.9

¹²⁶ GARCIA, Néson Jahr. “Legitimação do Regime”. In: Estado Novo, ideologia e propaganda política. eBooksBrasil.com, 1999. P. 123-136

¹²⁷ CÂMARA, Marcelo Barbosa. “Cultura Política: a revista do Estado Novo”. In: Mídia e governos autoritários- 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do golpe civil-militar no Brasil [recurso eletrônico] / Carla Montuori Fernandes, Genira Chagas, organizadoras -- João Pessoa: Editora Idéia, 2014. Disponível em: <<http://www.scientia.ufpb.br/index.php/elivre/catalog/view/20/17/40-1>>

O regime instituído a 10 de novembro de 1937 foi um imperativo histórico, que se concretizou pela vontade forte de um homem. O Presidente Getúlio Vargas personificou a vontade coletiva, para dar ao Brasil um sistema político e uma ordem social integrado profundamente na realidade nacional. A passagem do 4º aniversário do regime vem testemunhar, uma vez mais, que só o Estado Nacional poderia ter assegurado ao Brasil esse ambiente de paz e de prosperidade em que vivemos- em meio á grande crise social do mundo. Hoje, mais do que nunca, é preciso crer no Brasil e confiar nos rumos traçados pelo Chefe da Nação.¹²⁸

Além disso, ao direcionar uma seção exclusiva a interpretação e divulgação ao pensamento do chefe de governo, a revista Cultura Política buscava representar o plano ideológico do Estado Novo em construir o mito Getúlio Vargas, que por meio de artigos de diferentes intelectuais buscavam o representar como um sujeito superior e popular que estava à frente do seu tempo, no qual as suas palavras e ações baseados nos ideais de paz, de tolerância, equilíbrio, força e respeito ao trabalho, eram um exemplo a ser seguido por todo povo brasileiro. Segundo a nota de introdução da seção definir e interpretar o pensamento de Getúlio Vargas, era um mecanismo de compreender os próprios rumos políticos brasileiros¹²⁹

Segundo Maria Helena Capelato, a política de massa adotada e personificada na figura de Getúlio Vargas durante a década de 30 e 40 tinha como objetivo a construção de identidade nacional coletiva que baseada nos ideais nacionalistas anunciava a vitória do “eu coletivo” sobre o “eu individual”, no qual a propaganda e o controle de imprensa foram importantes mecanismo para introdução de um novo imaginário social, sendo o papel do líder uma figura central na relação povo e Estado, pois cabia a ele cuidar e proteger a massa enquanto a elas cabia ama-lo e apoiá-lo. Nessa concepção Vargas ao se voltar para os interesses coletivos, consolidou a unidade material e espiritual das classes em torno da sua imagem.¹³⁰

Segundo o discurso proferido por Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de 1941 a 1945, divulgado no programa “Hora do Brasil” nas rádios e publicado na edição 13 da revista Cultura Política, Getúlio Vargas era um exemplo a ser seguido e admirado pelos intelectuais e pela população:

O gênio político do Presidente Getúlio Vargas conseguiu fazer do Brasil uma luminosa exceção dessa regra de violências, conseguiu transportar do livro para a vida, o governo para o povo, agindo pela força de coletividade que em si próprio condensa, pelo seu poder de humanização das construções

¹²⁸ A PALAVRA DO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Novembro de 1941.Ano I Núm. 9. Rio de Janeiro. – Edição comemorativa do quarto aniversário do regime de 10 de Novembro de 1937

¹²⁹ Cultura Política. Rio de Janeiro, 2 ed, 1941-1945. (Revista Mensal de Estudos Brasileiros).P.174

¹³⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Identidade Nacional e produção de sentimentos”. In: Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo).P.243-280.

teóricas, pela capacidade de incentivar as virtudes do seu povo e ver claro nas brumas do futuro. O que a nação apresenta em consequência desse milagre político, é a saudabilidade de sua atmosfera de trabalho. Nenhum ressentimento de classes e todos os direitos reconhecidos. Um proletariado cheio de galhardia e de boa vontade. A terra, de uma riqueza prodigiosa, oferecendo-se a todas as iniciativas. A proteção do Estado a todos os braços e a todos os cérebros. Uma grande necessidade de produção intensiva. A possibilidade de um futuro esplêndido se soubermos criar, educar e desenvolver as energias humanas. Um grande Estado, um grande Chefe, um grande Povo. Que esplêndido material para a fulgurante inteligência dos nossos escritores! Que ressonância para os que queiram despertar as vocações, arrancar do anonimato os gênios desconhecidos, educar os homens simples e bons que formam as classes trabalhistas, encher de coragem os tímidos! Que admirável matéria plástica para modelar uma civilização que honre o Continente e sirva a Humanidade!¹³¹

Ao se voltar para a construção de um regime populista, Getúlio Vargas inaugurou no Brasil as presidências carismáticas, no qual os presidentes que o sucederam ao longo do século XX até os dias atuais, buscaram promover uma relação direta com o povo como forma de se integrar no imaginário social como um bom líder.¹³² Ao longo dos seus 15 anos de poder Vargas buscou adotar diferentes posturas para transformação de sua imagem, como ao visitar os diferentes Estados optava pelo uso de roupas confortáveis para não aparecer pretensioso, além disso estava sempre sorrindo e acenando, cultivava o trato fácil e nunca perdia a oportunidade de abraçar uma criança, ao falar com o público buscava um tom tranquilizador e sempre abordava as realizações do regime, com tempo adotou uma retórica e simples abandonando a retórica pomposa dos políticos tracionais, o que contribuiu bastante para a construção da sua imagem de um líder competente e paternalista.¹³³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução de 30 e posteriormente o Estado Novo, foi um período que marcou a história brasileira, no qual ao se voltar para construção de um imaginário social por meio da propaganda e dos discursos produzidos pela elite intelectual e política do período se buscou consolidar uma identidade nacional pautada na unidade, no trabalho e na autoridade pessoal de um chefe de governo. Perspectivas essas que ao serem apresentadas como um projeto revolucionário e consolidado, influenciaria a política brasileira ao longo do século XX até os dias atuais.

Segundo Dênis de Moraes:

¹³¹ MASCONDES FILHO, Alexandre. "O Governo e os Intelectuais". In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Março de 1942. Ano II Núm. 13. Rio de Janeiro.

¹³² FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

¹³³ LEVINE, 2001.op.cit, p.92

O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade.¹³⁴

Dentro dessa perspectiva o projeto ideológico do Estado Novo ao se apropriar da propaganda e dos meios de comunicação, visava construir símbolos que com ajuda de retóricas emotivas se consolidasse na sociedade brasileira como um todo. Dentre os diferentes símbolos divulgados, nenhum foi tão bem aceito como o trabalho, que ao ser apontado como o maior símbolo da dignificação do homem acabou transformando as estruturas políticas, econômicas e sociais brasileiras, no qual a conquista de capital é o principal motor das sociedades contemporâneas.

O populismo tão bem trabalhado na figura de Getúlio Vargas, marcou a política representativa brasileira que em diferentes momentos de crises procuram uma figura de autoridade como a salvação das questões nacionais e econômicas, que por meio de discursos autoritários e centralizadores acabam se tornando mitos políticos. Segundo Luís Felipe Miguel, esses políticos apresentados como salvadores surgem quase sempre na forma de um líder individual que amparados por campanhas messiânicas se apropriam de sentimentos de recusa a ordem anterior, sendo uma manifestação intensa do irracional na vida política.¹³⁵

Ao apresentar a necessidade da construção de uma identidade nacional o projeto ideológico do Estado Novo, tinha como objetivo consolidar o seu regime em um contexto de incertezas mundiais, no qual em meio a uma crise econômica o Brasil precisava se modernizar e transformar a sua economia interna para responder os interesses nacionais. Sendo assim, ao aplicar o nacional desenvolvimentismo, o regime de Getúlio Vargas de 1930-1945 buscou transformar os seus trabalhadores em uma massa homogênea sem a diferenciação de raças e gênero, sendo a primeira vez que os discursos sobre a cultura brasileira passaram a enfatizar a mistura de raças algo bom e genuíno brasileiro. Contudo, essa concepção acabou negando uma sociedade dominante racista e misógina, no qual as desigualdades sociais ainda são bastante presentes no contexto atual.

¹³⁴ DE MORAES, Dênis. Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. Revista Contracampo, n. 01, 1997. Disponível em: < <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17283>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

¹³⁵ MIGUEL, Luís Felipe. Em torno do conceito de mito político. Dados, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0011-52581998000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 de novembro de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE:

Cultura Política. Rio de Janeiro, Edições 1 a 22, 1941-1942. (Revista Mensal de Estudos Brasileiros). Acervo Hemeroteca Digital Brasileira- Biblioteca Nacional.

Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>

DOCUMENTOS OFICIAIS:

BRASIL, Constituição de 10 de novembro de 1937. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>

BRASIL, Decreto-Lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/12/1939, Página 29362 (Publicação Original). Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>

VERBETES:

AZEVEDO DO AMARAL. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/amaral-azevedo-do>>

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Acervo CPDOC- Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>

GETÚLIO VARGAS (1882-1954). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/getulio-dornelles-vargas>>

LIVROS E ARTIGOS:

AMARAL, Azevedo. O Estado autoritário e a realidade nacional. Versão para e-book. Julho 2002. 1938. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Azevedo%20Amaral-1.pdf>>.

ANDRADE, Almir de. “ O Estado Nacional e a missão de “Cultura Política””. In: CULTURA POLITICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Agosto de 1942.Ano II Núm. 18. Rio De Janeiro.P.7-10.

_____. “A evolução política e social do Brasil”. In: CULTURA POLITICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Março De 1941.Ano I Núm. 1. Rio De Janeiro.P.8

_____. “A Igualdade de Raça no Brasil: Suas Raízes Históricas”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Março de 1941.Ano I Núm. 1. Rio de Janeiro.P.202

_____. “A independência e a unidade do Brasil.” In: CULTURA POLÍTICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros- Setembro de 1942.Ano II Núm. 19. Rio de Janeiro.P.7-10.

_____. “Getúlio Vargas e a doutrina política brasileira”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Maio de 1942.Ano II Núm. 15. Rio de Janeiro.P.9

_____. “O Brasil e a Centralização do Governo”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Junho de 1941.Ano I Núm. 4. Rio de Janeiro.

_____. “Os Grandes traços da Constituição de 10 de novembro de 1937”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Julho de 1941.Ano I Núm. 5. Rio de Janeiro.

_____. “Política e Cultura”. In: CULTURA POLÍTICA- Revista Mensal de Estudos Brasileiros- Abril de 1941.Ano I Núm. 2. Rio de Janeiro.P.5-8.

_____. “Soberania Internacional do Brasil”. In: Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Maio de 1941.Ano I Núm. 3. Rio de Janeiro. P.5-8.

ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e Identidade Nacional nos anos Vargas: Tensões e contradições da uma Cultura Oficial. **Revista de Ciências do Estado**, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: < <https://seer.ufmg.br/index.php/revce/article/view/3668>>.

BENOIST, Alain. Uma Breve História da Idéia de Progresso. Disponível em: < <https://legio-victrix.blogspot.com/2014/03/alain-de-benoist-hayek-uma-critica.html>>

BOECKEL, Cristina Reis. História e propaganda política: a construção da imagem de Getúlio Vargas 1930 a 1945. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDI, Paulo. Verbete- Getúlio Vargas (1882-1954). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>>

BRASIL, Paula Zambelli Salgado. Eugenia e nacionalismo brasileiro: a contextualização histórica das políticas migratórias antes e após o Estado Novo. **Revista Política Hoje - ISSN: 0104-7094**, [S.l.], v. 27, p. 195-213, maio 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/231242/29099>>. Acesso em: 20 nov. 2018

CÂMARA, Marcelo Barbosa. “Cultura Política: a revista do Estado Novo”. In: Mídia e governos autoritários- 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do golpe civil-militar no Brasil recurso eletrônico] / Carla Montuori Fernandes, Genira Chagas, organizadoras -- João Pessoa: Editora Idéia, 2014. Disponível em: <http://www.scientia.ufpb.br/index.php/elivre/catalog/view/20/17/40-1>

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Imagens e espetáculo do poder no Varguismo e no Peronismo”. In: Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo). P.52

_____. “A cidadania no varguismo e no peronismo”. In: Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo). P.173-210

_____. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Coleção O Brasil Republicano. V II. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p.107-143

_____. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. P.167-178

_____. ”Política de Massas: uma nova cultura política. ”. In: Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo). P.141-172.

_____. Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo)

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI, Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 32, p. 145-164, 2003.

D’ARAÚJO, Maria Celina. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

DE MORAES, Dênis. Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. **Revista Contracampo**, n. 01, 1997. Disponível em: < <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17283>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso, ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Pg.31

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940). Rio de Janeiro Zahar 2001 1 recurso online ISBN 9788537804797. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>>

_____. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular, 1930-45. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. P.32

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009.

FONTES, Lourival. “Democracia, Eleição e Representação”. In: Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Agosto de 1941. Ano I Núm. 6. Rio de Janeiro. P.9

GARCIA, Néson Jahr. Estado Novo, ideologia e propaganda política. eBooksBrasil.com, 1999.

GOMES, Angela de Castro. “A construção do Homem Novo”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.

_____. “A história do Brasil de Cultura Política”. In: História e historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. “Ideologia e trabalho no Estado Novo. ”. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

_____. “O redescobrimto do Brasil”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.P.145.

_____. ”Cultura Política: um espelho do Brasil”. História e historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.P.125-131.

_____. O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro. In: História e historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 125.

GOMES, Rafael Nascimento. A construção de uma historiografia autoritária pelo Estado Novo de Getúlio Vargas: o caso da revista Cultura Política (1941-1945). *Intellèctus*, v. 16, n. 1, p. 27-43. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27378>>.

GOULART, Silvana. “A revista Cultura Política: porta-voz do DIP”. In: Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. Editora Marco Zero. São Paulo, SP, 1990.P.89-105.

_____. Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. Editora Marco Zero. São Paulo, SP, 1990.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90.

LAUERHASS, Ludwig. Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia. Coleção: Reconquista do Brasil 2ª série: v.99. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LE GOFF, Jacques. “Passado/Presente”. In: História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. P.217-262.

_____. “Progresso/Reação”. In: História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEVINE, Robert M. “No comando, 1883-1937”. In: Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.P. 31-80.

MASCONDES FILHO, Alexandre. “O Governo e os Intelectuais”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Março de 1942.Ano II Núm. 13. Rio de Janeiro.

MIGUEL, Luís Felipe. Em torno do conceito de mito político. Dados, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0011-52581998000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

NISBET, Robert. “O progresso como poder”. In: História das Ideia de progresso. Trad. De Leopoldo José Collor Jobim. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Científico, 21). P.245-300;

_____. História das Ideia de progresso. Trad. De Leopoldo José Collor Jobim. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Científico, 21)

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Tradição e política: O pensamento de Almir de Andrade” In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.P.31-47.

_____. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 4ª reimpressão 1994.

_____. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. In: Cultura brasileira e identidade nacional, p. 36-44, 1985

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Coleção O Brasil Republicano. V II. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p.13-37.

PARANHOS, Adalberto. “Além das amélias: música popular e relações de gênero sob o “Estado Novo”. ArtCultura, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 133-144, jul-dez. 2013. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF27/6.3_Alem_das_amelias_musica_popular_relacoes_de_genero.pdf>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 04 Out. 2018.

PRADO, Adonia Antunes. Educação para a política do Estado Novo (1937-1945): um estudo do conceito e dos objetivos educacionais na Revista Cultura Política. Tese de Mestrado em Administração de Sistemas Educacionais. Fundação Getúlio Vargas -Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro,1982.

PRATES, Kelen Katia; DE CARVALHO, Carlos Eduardo Souza. Políticos, Intelectuais e Futebol: A construção da identidade nacional durante a Era Vargas. **Revista Outras Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 246-254, 2016. Disponível em: <<http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/172>>

SILVA, José Luiz Werneck da. Feixe e o prisma: Uma revisão do Estado novo. Rio de janeiro: Jorge Zahar,1991.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional (1930-1945). História da Educação, v. 8, n. 15, p. 89-127, 2004. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30282>>

SOUSA, Ronilson de Oliveira. “OLIVEIRA VIANA E AS QUESTÕES DA MISCIGENAÇÃO NO BRASIL- A desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país. ” In: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas- O desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização nas lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/oliveiravianaeeasquestoesdamiscigenacaonobrasil.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2018

TAVARES, José Nilo. “Getúlio Vargas e o Estado Novo”. In: SILVA, José Luiz Werneck da. Feixe e o prisma: Uma revisão do Estado novo. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1991.P.73-81

VARGAS, Getúlio. “O Novo Espírito da Constituição e do Direito Brasileiro”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Janeiro de 1942.Ano II Núm. 11. Rio de Janeiro.

_____. “A construção da nacionalidade: os intelectuais e o poder” In: Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo / Mônica Pimenta Velloso. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50 p

_____. “Oração de 7 de setembro”. In: CULTURA POLITICA-Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Outubro de 1941. Ano I Núm. 8. Rio de Janeiro.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e Poder político: Uma Configuração do Campo Intelectual”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES. Angela de Castro. Estado Novo: Ideologia e poder. Rj: Zahar, 1982.P.71-108

_____. Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo / Mônica Pimenta Velloso. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50 p.

WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 206 p.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, Gabrielle Gomes Oliveira declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “A busca pela identidade nacional: por meio do discurso político e intelectual do Estado Novo (1941-1942) ” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico. ”

Brasília, 07 de dezembro de 2018

Gabrielle Gomes Oliveira